

V. 5 N. 1  
JANEIRO A JUNHO DE 2018  
ISSN (EISSN- 2359-0742).

REVISTA  
 CIENTÍFICA  
SMG



# SINTOMAS DEPRESSIVOS EM IDOSOS DE UM CENTRO-DIA EM MARINGÁ-PR

SILVA, Najila Arminda Cioffi<sup>1</sup> ;  
FREIBERGER, Mônica Fernandes<sup>2</sup>;  
LABEGALINI, Celia Maria Gomes.<sup>3</sup>

## RESUMO

O envelhecimento populacional é um acontecimento mundial, a Depressão é um dos principais problemas de saúde no mundo. Os idosos, por dificuldades no mercado de trabalho, estabelecem uma parcela frágil da população eventualmente sujeita às condições de pobreza. Fazendo com que os idosos dependam cada vez mais dos recursos dos outros moradores da casa para sobreviverem, a falta de suporte às pessoas com doenças mentais, impede muitas pessoas de entrarem no tratamento de que precisam para viver vidas saudáveis e produtivas. O objetivo geral do estudo foi identificar sintomas depressivos nos idosos frequentadores de um Centro-dia localizado na cidade de Maringá-Paraná. Trata-se de um estudo transversal descrito com abordagem quantitativa. A coleta de dados foi realizada por meio da Escala de Depressão Geriátrica. Para análise quantitativa, utilizamos o programa Microsoft Excel, para tabulação e armazenamento dos dados coletados. Este estudo foi apresentado ao Centro-dia e após sua aprovação, expressa pela assinatura de uma declaração, e foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade UNIANDRADE de Curitiba/PR. A população do estudo foi composta por 18 idosos atendidos no centro dia, apenas 17 aceitaram responder o questionário. Os resultados foram que 59% dos idosos da instituição não possuem sintomas depressivos e 41% apresentam sintomas depressivos leves. Os sinais da depressão envolvem os sentimentos de tristeza, cansaço, redução da concentração e da memória que são muito comuns em pessoas idosas.

**Palavras-chave: Depressão, Idoso, Enfermagem.**

- 
- 1- Acadêmica do Curso de Enfermagem da Faculdade SMG.
  - 2- Enfermeira. Mestre em Ciências da Saúde, Especialista em Educação Profissional na Área da Saúde e Saúde Coletiva, Coordenadora e docente do Curso de Graduação de Enfermagem da Faculdade Santa Maria da Glória.
  - 3- Enfermeira, Doutoranda em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá - PSE/UEM. Mestre em Enfermagem e docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Santa Maria da Glória.

## **INTRODUÇÃO**

Depressão é uma condição psiquiátrica comum e antiga, é uma enfermidade associada à ansiedade significativa, modificações no andamento social e profissional e pode levar ao aumento dos riscos de mortalidade e outras complicações de saúde (BLAZER, 2005).

É uma doença de difícil medição, pois sua situação, repetidamente, possui tópicos não característicos e aspectos como predominância de sintomas somáticos, irritabilidade e dificuldades cognitivas, que podem complicar o diagnóstico e o tratamento desse transtorno de humor (HORTA; FERREIRA; ZHAOL, 2010). No idoso é um transtorno comum que, com frequência, corresponde ao tratamento. Sua especificação e reconhecimento variam de acordo com o resultado, seriedade e duração dos sintomas.

Os sinais da depressão abrangem os sentimentos de tristeza, cansaço, redução da concentração e da memória que são comuns em pessoas idosas (BRUNNER; SUDDARTH, 9ª EDIÇÃO). A depressão é um problema universal, independente de cultura ou país. Nos idosos é ainda mais comum do que na população em geral, nessa faixa etária está relacionada especialmente à situação socioeconômica, isolamento social, doença física e perda do cônjuge.

Existem estudos que demonstram que a depressão na pessoa idosa, muitas vezes, não é diagnosticada e tratada pelos profissionais de saúde, isso pode ser causado por um aceitação dos sintomas de depressão nessa população e pela predisposição dos idosos a essa doença (SADOCK; SADOCK, 2007).

A presença do profissional enfermeiro e as consultas de enfermagem por meio da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) pode contribuir para uma melhor qualidade de vida aos idosos e ao profissional de enfermagem dar mais segurança para realizar suas funções. Para tal, é necessário relacionar o método científico e estratégico para se identificar situações de saúde/doença, e desenvolver ações de assistência de enfermagem que auxiliem na prevenção, promoção, recuperação, do indivíduo, família e comunidade, incluindo a detecção de sinais e sintomas de depressão (COREN, 2015).

Diante do exposto este estudo tem como objetivo identificar sintomas depressivos nos idosos de um Centro-dia localizado, na cidade de Maringá-Paraná.

### **MATERIAL E MÉTODO:**

Trata-se de um estudo transversal descritivo, com abordagem quali-quantitativa. O estudo foi desenvolvido em um Centro-dia, localizado no município de Maringá /PR. Trata-se de uma instituição filantrópica, fundada em 22 de Agosto de 2005 e mantida pela Renovação Carismática da Igreja Católica.

Tem como objetivo atender os idosos carentes proporcionando atividades em diversas áreas, além do acompanhamento de profissionais da área de saúde. A população do estudo foi composta por 21 idosos atendidos no centro dia, 17 aceitaram responder o questionário. A coleta de dados foi realizada por meio da Escala de Depressão Geriátrica, do Ministério da Saúde além de um roteiro de características sociais.

Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade UNIANDRADE de Curitiba/PR. O estudo foi pautado no cumprimento das diretrizes estabelecidas pela resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Cabe destacar que este trabalho integra uma pesquisa maior, intitulada: Consulta gerontogeriatrica em um Centro-dia: qualificando a assistência de enfermagem ao idoso, cujo objetivo geral é realizar consulta de enfermagem aos idosos frequentadores de um Centro-dia, e objetivos específicos: Realizar avaliação física, anamnese e entrevista de enfermagem; Aplicar instrumentos de avaliação cognitiva, emocional e funcional, permitidos para a enfermagem; e Propor e avaliar um plano de cuidados seguindo a CIPE. Dessa forma, o estudo em tela é recorte desse estudo, com foco direcionado à depressão.

O estudo possui parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário José Campos Andrade (Uniandrade) sob número 2.121.609 (CAAE: 69290517.5.0000.5218)

## RESULTADO E DISCUSSÕES:

A Enfermagem cuida do idoso em todos os níveis de saúde, por isso, surge uma designação que é muito utilizada na área do saber, por enfermeiras especialistas, que é a Enfermagem Geronto-geriátrica (SANTOS *et al.*, 2014).

As ações de enfermagem na prevenção do idoso depressivo são distintas para cada pessoa, mais de modo geral se dá por meio de atividades físicas; dança; trabalhos manuais; passeios; bingo e oficinas de memória.

Desta forma, o enfermeiro apto a integrar a equipe multidisciplinar, focando na educação em saúde, contribuindo para o planejamento, realização e assistência no o cuidado às necessidades desses pacientes (PESTANA; CALDAS, 2009).

A predominância de depressão entre os idosos no Brasil varia de 4,7% a 36,8%, dependendo principalmente do mecanismo utilizado, para avaliação dos locais de corte e da seriedade dos sintomas. É um dos problemas psiquiátricos mais comuns entre os idosos e sua presença precisa ser avaliada. Dos 17 idosos que responderam o questionário, o resultado obtido foi que (59%) dos idosos não apresentaram sinais de depressão e (41%) dos idosos apresentaram sintomas depressivos leves. Dos (59%) que não apresentaram sinais de depressão (40%) são mulheres e (60%) são homens, dos (41%) que apresentam sintomas depressivos leves (71%) são mulheres e (29%) são homens. Este é um numero importante comparado a outros estudos.

Segundo Frank, Rodrigues (2006), a predominância de depressão em idosos excede os 22% e pode chegar aos 59.3%. A porcentagem de idosos com depressão pode ser devida à própria característica do Centro-Dia Geriátrico, que tem foco em atender idosos com dependência parcial na rotina de vida diária e que necessitam de assistência multiprofissional (NAVARRO, MARCON, 2006). Os (41%) que apresentaram sintomas de depressão tem idade entre 70 e 80 anos, a idade pode ser um fator relevante para a depressão.

Maiden, Peterson (2003) definem que na velhice, os traços de personalidade são modificados, especialmente porque nessa fase da vida as pessoas têm maior possibilidade de serem confrontadas com eventos da vida estressantes que requerer uma adaptação.

## **CONCLUSÃO:**

Na pesquisa sobre o perfil dos idosos identificamos que os idosos do Centro-dia, tinham idade entre 60 e há 90 anos.

Analisando os dados notou-se que a quantidade de idosos com 80 anos ou mais é de (53%), idosos que não possuem escolaridade (29%), são aposentados (88%), dos 17 idosos entrevistados (47%) são homens e (53%) são mulheres. O resultado foi que 10 idosos (59%) não apresentaram sinais de depressão e 7 idosos (41%), apresentam sintomas depressivos. Os idosos que não apresentaram sintomas de depressão são predominantes homens (60%), os que apresentam sintomas depressivos (71%) são mulheres.

A depressão na pessoa idosa está relacionada ao isolamento social, doença física, situação socioeconômica e perda do cônjuge, os idosos, por falta de afazeres, formam uma porção frágil da população, atributos como produção e emprego diminuem com a idade, fazendo com que eles dependam dos recursos dos outros moradores da casa.

Isso nos leva a concluir que a depressão é um transtorno de grande impacto e a enfermagem pode exercer um papel essencial, possibilitando uma prática voltada ao envelhecimento saudável, com a finalidade de conservar a sua saúde física e mental garantindo mais qualidade de vida a esses idosos.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica**. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. Brasília: M.S; Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/evlhecimento\\_saude\\_pessoa\\_idosa.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/evlhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf)>. Acesso em: 10 ago.2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

FRANK, M.H., & RODRIGUES, N.L. (2006). Depressão, **Ansiedade, outros Distúrbios Afectivos e Suicídio**. Em E.V. Freitas, L. Py, F.A.X. Cançado, J. Doll, & M. L. Gorzoni, Tratado de geriatria e gerontologia (2ª Ed., Cap. 35, pp. 376387). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, SA. Disponível em: <[http://www.infad.eu/RevistaINFAD/2014/n2/volumen1/0214-9877\\_2014\\_2\\_1\\_87.pdf](http://www.infad.eu/RevistaINFAD/2014/n2/volumen1/0214-9877_2014_2_1_87.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2017.

FERREIRA, P. C. dos S. and TAVARES, D. M. dos S. **Prevalência e fatores associados ao indicativo de depressão entre idosos residentes na zona rural. Revista Escola Enfermagem USP**[online]. v.47, n.2, p.401-407, 2013. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342013000200018>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

HORTA, A. L. M.; FERREIRA, D. C. O. ZHAO. **Envelhecimento, estratégias de enfrentamento do idoso e repercussões na família. Revista brasileira enfermagem**[online]. v.63, n.4, p.523-528, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672010000400004>>. Acesso em : 10 jun. 2017.

MAIDEN RJ, PETERSON SA, CAYA M, HAYSLIP B. Personality changes in the old-old: a longitudinal study. **J Adult Dev.** n.10(1): p.31-9, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v29n2/v29n2a08.pdf>>. Acesso em: 31 out 2017.

NAVARRO FM, MARCON SS. Convivência familiar e independência para atividades de vida diária entre idosos de um centro dia. **Cogitare Enferm.** n.11(3) p.211-7. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v61n2/08.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2017.

PESTANA, L. C. and CALDAS, C. P. Cuidados de enfermagem ao idoso com Demência que apresenta sintomas comportamentais. **Revista brasileira enfermagem.** [online]. v.62, n.4, p.583-587, 2009. Disponível em :<<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672009000400015>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

SANTOS, W. N.; SANTOS, A. M. S.; LOPES, T. R.P. S.; MADEIRA, M. Z. A.; ROCHA, F. C. Sistematização da Assistência de Enfermagem: o contexto histórico, o processo e obstáculos da implantação. **Journal of Management & Primary Health Care**, v. 5, n. 2, p. 153-158, 2014.

SADOCK, B. J., & SADOCK, V. A. **Kaplan & Sadock's synopsis of psychiatry: Behavioral sciences/clinical psychiatry**. 10 ed. Philadelphia: Lippincott, Williams, & Wilkins, 2007.

SANTOS, S.S.C. ; TIER, C.G. ; SILVA, B.T.; BARLEM, E.L.D. ; FELICIANNI, A.M. ; VALCARENGHI, F.V. Diagnósticos e Intervenções de Enfermagem para Idosos Deprimidos e Residentes em uma Instituição de Longa Permanência (ILP). **Enfermaria Global**. [online]. n.20, p.3, 2010. Disponível em:<[http://scielo.isciii.es/pdf/eg/n20/pt\\_clinica2.pdf](http://scielo.isciii.es/pdf/eg/n20/pt_clinica2.pdf)> Acesso em: 17 ago. 2017.

STELLA, F. *etal.* Depressão no Idoso: Diagnóstico, Tratamento e Benefícios da Atividade Física. **Universidade Estadual Paulista**, Rio Claro, v. 8, n.3, p. 91-98, ago./dez. 2002. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2544.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

## CUANDO LA OBLIGATORIEDAD DE LA MEDIACIÓN RE VICTIMIZA

Sabrina Verónica Vázquez Páez<sup>1</sup>

La Ley 26.589 de Mediación y Conciliación, sancionada el 15 de abril de 2010 y promulgada el 3 de mayo de ese mismo año, se sustenta en determinados principios del derecho, que intentaremos desentrañar y analizar para luego comprobar su dañina y peligrosa procedencia y aplicabilidad en aquellos casos de violencia doméstica, en los cuales debería priorizarse y resguardarse la integridad física, psíquica y emocional de la víctima, evitando cualquier procedimiento que la ubique en un lugar de re victimización por cuestiones meramente procedimentales.

El antecedente directo de la Ley de Mediación Obligatoria fue el Decreto 1480/92, en el artículo 4° del mismo se señalaron “los principios básicos de la institución”: entre los cuales se destacaban la Voluntariedad y la Informalidad. Señala acertadamente Dupuis que; al sancionar la Ley 24.573 el legislador argentino no tuvo en cuenta estos dos principios básicos.<sup>2</sup>

La obligatoriedad de la mediación prejudicial se prescribe en la primera parte del artículo 1° de Ley 26.589, el cual reza: “Se establece con carácter obligatorio la mediación previa a todo proceso judicial, la que se regirá por las disposiciones de la presente ley...”

En este sentido, en el artículo 2° del mismo cuerpo normativo, se establece la formalidad y obligatoriedad de la mediación, en cuanto reza: “Requisito de admisión de la demanda. Al promoverse demanda judicial deberá acompañarse acta expedida y firmada por el mediador interviniente”.

Ante dicha normativa, podemos afirmar que los principios de voluntariedad e informalidad, en los cuales se sustentaba el proceso en análisis, entre otros, dejaron de ser parte de la mediación.

Otros principios que sustentan la mediación, como método alternativo de resolución de conflictos y/o controversias son: la neutralidad, imparcialidad, confidencialidad, consentimiento informado y la autodeterminación.

---

<sup>1</sup> Abogada, Profesora e Investigadora ([sabrina@estudiopvp.com](mailto:sabrina@estudiopvp.com))

<sup>2</sup> Blumkin, Silvia Beatriz. (1998) Principios rectores de la mediación. *Derecho Internacional y derecho argentino. Revista Jurídica de Buenos Aires*, I/II, Facultad de Derecho (UBA), 123-124.

En nuestro artículo, nos centraremos en el principio de voluntariedad, eliminado de la Ley de mediación, y el principio de autodeterminación; pues consideramos que estos dos principios no sólo están íntimamente relacionados, sino que atraviesan el resto de los principios en forma transversal.

En este contexto; Joseph Folger, fundador y socio del Instituto para la transformación de conflictos de la Universidad de Temple, en EE.UU, dijo: “La autodeterminación de las partes es el corazón de la mediación... el efecto humanizador es el potencial más importante, porque permite acercar a las personas, fomentar el diálogo y tratar de resolver los conflictos tanto en el plano judicial como emocional...Las partes...logran autodeterminación y autocapacidad para dar respuesta a sus problemas.”<sup>3</sup>

La autodeterminación de la mediación prejudicial se prescribe en la segunda oración del artículo 1° de Ley 26.589, el cual reza: “(...).Este procedimiento promoverá la comunicación directa entre las partes para la solución extrajudicial de la controversia”.

Ahora bien, sabemos que los casos de violencia de género intrafamiliar se basan en relaciones de total asimetría en las cuales se devela la desigualdad entre hombres y mujeres, en donde éstas últimas aparecen estadísticamente como víctimas.

En este sentido, se vislumbra una relación de total desigualdad, en la cual los hombres victimarios pasan a pertenecer a la parte dominante de la relación, subordinando a la mujer víctima de dicho vínculo tóxico.

El artículo 4° de la Ley 26.485, de Protección integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres en los ámbitos en que desarrollen sus relaciones interpersonales, define la violencia de género de la siguiente manera: “Se entiende por violencia contra las mujeres toda conducta, acción u omisión, que de manera directa o indirecta, tanto en el ámbito público como en el privado, basada en una relación desigual de poder, afecte su vida, libertad, dignidad, integridad física, psicológica, sexual, económica o patrimonial, como así también su seguridad personal. Quedan comprendidas las perpetradas desde el Estado o por sus agentes. Se considera violencia indirecta, a los efectos de la presente ley, toda conducta,

---

<sup>3</sup> Mannarino, Juan Manuel. (2014). “La autodeterminación de las partes es el corazón de la mediación”. <http://www.avestruz.com.ar/infojus/archivo/2014/08/27/la-autodeterminacion-de-las-partes-es-el-corazon-de-la-mediacion-5418/> (27/08/2014).

acción omisión, disposición, criterio o práctica discriminatoria que ponga a la mujer en desventaja con respecto al varón”.

Así las cosas, claro está que ante la existencia de conflictos de violencia familiar, obligar a la víctima a instar el diálogo con el victimario, con la finalidad de resolver cuestiones atinentes a las obligaciones inherentes a la responsabilidad parental, por ejemplo, es re victimizarla; pues es obvio que en estos casos se ha perdido el diálogo y el respeto; por tanto es necesario e imprescindible la intervención de un grupo de profesionales que trabajen en la re vinculación familiar tomando las medidas que consideren necesarias a los fines de proteger la integridad física, emocional y psíquica de la/s víctima/s de violencia.

Dicha tarea que tiene como objetivo sanar los vínculos en pos del bienestar de los integrantes de la familia que sufrió violencia, excede el rol del abogado y del mediador; pues en el ámbito de la mediación cuando se trata de llegar a un acuerdo sobre cuota alimentaria a favor de los hijos menores de edad, por ejemplo, si hubo antecedentes de violencia doméstica, queda la víctima totalmente vulnerada ante la obligación de encarar a su victimario en un ámbito sin ningún tipo de resguardo que asegure que en ese momento éste último no atentará contra la víctima nuevamente.

En este sentido, el hecho de la mediación podría ser para el requerido, victimario, su oportunidad para agredir a su víctima y hasta para ultimarla, pues no sería un hecho aislado, de los protagonistas que ejercen violencia de género que llevados por un brote de ira encuentren la oportunidad para cometer femicidio.

Por lo expuesto, consideramos que la mediación en casos de violencia de género, pone en riesgo a la víctima y a terceros intervinientes en dicho proceso, pues si se desatara un hecho de violencia, ni el mediador ni los abogados de las partes pueden intervenir, pues excede sus funciones; por lo que resulta improcedente la obligatoriedad de esta instancia.

Asimismo, consideramos que no eximir de la obligatoriedad de la instancia de mediación a las víctimas de violencia, deja muchos de estos casos en la resolución arbitraria de los jueces, generando incertidumbre en las víctimas de violencia y desamparo en casos de resolución negativa. Pues, no se ha previsto eximición de dicha etapa prejudicial a las víctimas de violencia, aún en aquellos casos en los cuales existen causas penales, medidas cautelares de restricción perimetral, botón antipánico y/o informes de la Oficina de Violencia Doméstica (OVD) que arrojan resultados de alto riesgo.

# **GOVERNANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE OS PRINCÍPIOS NAS CINCO MAIS POPULOSAS CIDADES DO PARANÁ.**

**DALTIBALE, Denize Pizzaia**

Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade Alvorada  
(44) 99754-5291 denizedaltibale@hotmail.com

**SANTOS, Alex Sandro**

Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá - UEM  
(44) 99967-8647 alexsoldy@hotmail.com

## **RESUMO**

Com a criação e deferimento da Constituição Federal do Brasil em 1988, foram estabelecidos direitos sociais e trabalhista, bem como garantias fundamentais aos cidadãos, foram ainda fixados princípios à serem seguidos e respeitados pela administração pública nas esferas da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo em vista que a governança pública preocupasse com o bem comum da sociedade, prevalecendo o interesse dos cidadãos acima de pessoas e grupos. (Referencial Básico de Governança Pública, TCU, 2014, p. 22). Para que se possa alcançar uma realização positiva da governança no setor público é necessário incorporar elementos, tais como, liderança, integridade e compromisso, aos entes envolvidos, bem como o cumprimento de princípios de responsabilidade, integridade e transparência a gestão do mesmo. (SILVA *et al* 2011, p. 4, *apud* MARQUES 2007). Tendo como instrumentos norteadores para realização de tais obrigatoriedades as Leis de Responsabilidade Fiscal 101/2000 e Acesso a Informação 12.527/2011, consistindo ambas em estabelecer como regra geral perante Lei, a divulgação por meio de mecanismos como jornais, revistas e internet de informações quantitativas e qualitativas a cerca do trabalho e atividades que os governantes vem executando, tendo este estudo ênfase de pesquisa e delimitação as cidades de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, por meio de seus respectivos sites.

**Palavra Chave:** Governança Pública; Princípios; Transparência.

## **1 INTRODUÇÃO**

Diante de resultados obtidos em estudo anterior de caráter descritivo exploratório acerca dos princípios de Governança Pública utilizados pelos Tribunais de Contas da Região Sul do País, surgiu à necessidade de ampliar o conhecimento em prol de uma pesquisa específica e com ênfase no Estado do Paraná em função de suas cidades que apresentam um grande porte populacional, tendo esta à finalidade de identificar e evidenciar os Princípios de Governança Pública nas cinco cidades mais populosas do Estado, sob as recomendações do Manual de Governança Pública (2014) redigido pelo Tribunal de Contas do Estado, sendo ainda constituída pelos objetivos específicos de evidenciar e analisar o nível de transparência de cada localidade abrangida; identificar disponibilidade das informações exigidas por lei ao acesso da população; levantar a cidade que apresenta maior grau de transparência e fornece mais informações aos cidadãos em seu site. Segundo Viana (2010, p. 41) *apud* Mauss (2008) a qualidade do serviço público prestado dependerá das decisões tomadas pelos gestores diante dos recursos disponíveis para execução das mesmas, sendo o sucesso determinado por meio de serviços prestados e retorno financeiro a população. Sendo os serviços de fiscalização e repasse de informações fornecidas pelos municípios disponibilizados nos sites das prefeituras, tem-se como questão de pesquisa: Os municípios mais populosos do Estado do Paraná têm seguido os princípios de Governança Pública estabelecidos pelo TCU, disponibilizando tais informações ao acesso da sociedade como foi imposto pela Lei de Acesso de Informação nº 12.527/2011? Segundo determina a Controladoria Geral da União, no Manual da Lei de Acesso a Informação para Estados e Municípios (2013, p. 5) a criação e aprovação da Lei permitiu aos cidadãos brasileiros o acesso a informações de custódia do Estado, se tornando obrigatória a divulgação pelas esferas governamentais, desde que estas possuam caráter pessoal e não tenham proteção estatal. Em decorrência as questões levantadas, à justificativa desta pesquisa se dá pela busca do conhecimento da prestação de informações e de atos de transparência das cidades de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, no Estado do Paraná, referentes ao estabelecimento de princípios para uma boa governança pública em prol da melhoria no atendimento ao cidadão, tendo ainda a finalidade de auto fiscalizar as ações do município em que está pesquisa se localiza.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I, Dos direitos Individuais e Coletivos, Artigo 5º, Inciso XXXIII<sup>4</sup>, todo cidadão brasileiro ou não, mas que seja residente no país tem direito ao acesso a informações de entidades e órgãos públicos que sejam de interesse pessoal, coletivo ou geral, estabelecidos e divulgados pelo prazo da Lei, exceto documentos e informações sigilosas e que coloquem em risco a segurança da sociedade e do Estado. A presente pesquisa se delimitará ao período

---

<sup>4</sup> Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade: **Inciso XXXIII** - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

de 03/08/2017 a 21/11/2017, tendo como base de pesquisa os sites das prefeituras municipais das cidades analisadas, seguindo as recomendações bibliográficas do Manual de Governança Pública: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e ações Indutoras de Melhorias (2014), publicado pelo Tribunal de Contas da União.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. Governança Pública.

Com a criação e deferimento da Constituição Federal do Brasil em 1988, foram estabelecidos direitos sociais<sup>5</sup> e trabalhistas<sup>6</sup>, bem como garantias fundamentais<sup>7</sup> aos cidadãos, foram ainda fixados princípios à serem seguidos e respeitados pela administração pública<sup>8</sup> nas esferas da União, dos Estados, Distrito Federal e, Municípios, tendo em vista que a governança pública preocupasse com o bem comum da sociedade, prevalecendo o interesse dos cidadãos acima de pessoas e grupos. (Referencial Básico de Governança Pública, TCU, 2014, p. 22).

Segundo o Referencial Básico de Governança Pública (2014, p. 22) *apud* Grahn, *et al* (2003) está refere-se “aos mecanismos de avaliação, direção e monitoramento; e às interações entre estruturas, processos e tradições, as quais determinam como cidadãos e outras partes interessadas são ouvidos, como as decisões são tomadas e como o poder e as responsabilidades são exercidos”.

Loureiro (2015) *apud* Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP, 2014) denomina como sendo um “sistema que compreende os mecanismos institucionais para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam que os resultados desejados pelos Cidadãos, e demais entes da vida pública, sejam definidos e alcançados”.

Lino (2014, p. 18) *apud* Gonçalves (2006) em uma conceituação geral de Governança este afirma ainda que se trata:

Do exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo, ou seja, “é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”, mostrando ao final a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções.

---

<sup>5</sup> Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

<sup>6</sup> Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.

<sup>7</sup> Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

<sup>8</sup> Art. 37. - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Para os autores Governança Pública refere-se à forma de gerir o poder público em prol do cumprimento das funções do governo para atender e ouvir as necessidades da população.

### 2.1.1. Princípios de Governança Pública.

Segundo Mendes (2015), os princípios apresentam finalidades gerais definidas como:

Princípios são preceitos, leis ou pressupostos considerados universais que definem as regras pela qual uma sociedade civilizada deve se orientar. Em qualquer lugar do mundo [...] Entende-se que a adoção desses princípios está em consonância com o pensamento da sociedade e vale tanto para a elaboração da constituição de um país quanto para acordos políticos entre as nações ou estatutos de condomínio. Vale no âmbito pessoal e profissional.

Conforme material complementar e explicativo anexado em APÊNDICE 1 - Princípios Básicos de Governança para o Setor Público - redigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2014) sendo parte do Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, pode-se afirmar segundo Silva *et al* (2011, p. 4) *apud* Marques (2007), que a base para se alcançar a realização positiva da governança no setor público consiste em incorporar elementos, tais como, liderança, integridade e compromisso, aos entes envolvidos, bem como o cumprimento de princípios de responsabilidade, integridade e transparência a gestão do mesmo.

## 2.2. As cinco mais populosas cidades do Paraná.

Segundo levantamento apresentado no portal Wikipédia (2016) e realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016) na última estimativa populacional dos Municípios do Estado do Paraná realizada no ano de 2016, pode-se verificar que o Estado apresenta cinco cidades com maior número populacional, sendo essas:

Posição	Cidade	População
1	Curitiba	1. 893. 997
2	Londrina	553. 393
3	Maringá	403. 063
4	Ponta Grossa	341. 130
5	Cascavel	316. 226

Quadro 1 (Elaborada pelo autor): As cinco cidades mais populosas do Paraná. Fonte: Wikipédia; IBGE.

Diante do levantamento populacional das cidades do Estado do Paraná, cabe destacar a obrigação do cumprimento e seguimento a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 e a Lei de Acesso a Informação nº 12.527/2011, as quais determinam normas a serem seguidas pelos governantes locais das cidades que permitem o acesso aos cidadãos de informações relativas a governança do setor público municipal.

### **2.3. Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso a Informação.**

De acordo com Silva (2000, p. 17) a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, “estabelece um regime de gestão responsável, capaz de garantir a continuidade do equilíbrio das contas públicas, além de impor metas a serem atingidas relacionadas com resultado das receitas e das despesas”. Cabe ainda à divulgação por meios eletrônicos de atos de origem orçamentária, se tornando de livre acesso a população, descrito no Art. 48<sup>9</sup>, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Silva (2000, p. 19) afirma ainda que o surgimento da Lei se deu pela necessidade de tornar a transparência na gestão um mecanismo de controle social, disponibilizando determinadas informações ao acesso dos entes interessados.

Lei de Acesso a Informação nº 12.527/2011, garanti ao cidadão, seja este pessoa física ou jurídica, o direito ao acesso a informações públicas, abrangendo as três esferas da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, bem como os Tribunais de Contas e Ministério Público. Cabe ainda a empresas privadas licenciadas ou prestadoras de serviço público a prestação de contas e divulgação das informações. (Governo Federal, 2012).

A Lei consiste na participação da sociedade por meio da fiscalização e transparência das informações divulgadas pelas entidades e órgãos estatais em portais e sites próprios de prefeituras, pelos Tribunais de Contas dos Estados, e diversos outros sites governamentais destinados a oferecer facilidade no acesso a informações públicas a população. Desta forma Nascimento (2012, p. 9) *apud* Moreira Neto (2000, p. 12) expõe a importância da participação da população na mensuração das informações fornecidas:

Participação e a consensualidade tornaram-se decisivas para as democracias contemporâneas, pois contribuem para aprimorar a governabilidade (eficiência), propiciam mais freios contra o abuso (legalidade), garantem a atenção a todos os interesses (justiça), proporcionam decisão mais sábia e prudente (legitimidade), desenvolvem a responsabilidade das pessoas (civismo) e tornam os comandos estatais mais aceitáveis e facilmente obedecidos (ordem).

## **3 METODOLOGIA**

---

<sup>9</sup> Art. 48 – São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público; os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Metodologia é a explicação dos métodos utilizados para o desenvolvimento do artigo, sendo esta vital para a elaboração de cada etapa que abordará o assunto proposto. O universo de estudo do trabalho em questão refere-se à Governança Pública e seus princípios, se tornando um instrumento de gestão utilizado pelos Estados e Municípios em prol do melhor atendimento e alcance as necessidades dos cidadãos brasileiros, tendo ênfase nas cinco mais populosas cidades do Estado do Paraná. A pesquisa tem característica documental, e bibliográfica. Bibliográfica, pois utilizou-se livros, artigos; e documental porque utilizou informações disponibilizadas pelos sites das prefeituras municipais das cidades abordadas. O estudo tem caráter qualitativo e quantitativo. Quantitativo pois tenta compreender uma organização e sua finalidade é descritiva; e quantitativo porque busca evidenciar por meio de dados os resultados obtidos por meio de análise. A análise e compreensão dos dados foi através de análise de conteúdo, que descreve e interpreta o conteúdo de toda classe de documentos e textos, atingindo uma maior compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Dados os princípios de Governança Pública abordados, a pesquisa limitou-se a direcionar o presente estudo ao levantamento de informações contidas nos sites das cinco mais populosas cidades do Estado do Paraná, sendo essas, Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, tendo a finalidade de evidenciar o cumprimento a Lei 12.527/2011 de Acesso a Informação, disponibilizando ao cidadão informações relativas ao serviço prestado pela gestão pública.

## 4 RESULTADO DA PESQUISA

### 4.1 Resultados obtidos em análise aos sites das cinco cidades mais populosas do Estado do Paraná

Foram identificados mediante análise aos sites das cidades de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, mecanismos que evidenciam a utilização dos princípios de Governança Pública como ferramentas norteadoras para o melhoramento na gestão, administração e atendimento a população em função do melhoramento as referidas áreas para atender as necessidades dos cidadãos:

<b>PRINCIPIO DE LEGITIMIDADE</b>	
<b>CURITIBA</b>	<b>Curitiba em Dados:</b> Permite ao cidadão ter acesso aos resultados obtidos de serviços prestados a população em prol do bem comum a todos.
<b>LONDRINA</b>	<b>Núcleo de Comunicação:</b> Fornece aos cidadãos o acesso a informações de serviços prestados em prol do atendimento aos direitos e necessidades da população. <b>Projetos Educacionais:</b> Proporciona a crianças e adolescentes o estímulo a educação, dando direito ao acesso a programas que proporcionam melhoria na qualidade de vida.
<b>MARINGÁ</b>	<b>Legislação:</b> Permite a população consultar Decretos Orçamentários, Publicações Oficiais, Leis Municipais, Leis Urbanas e o Plano Diretor. <b>Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes:</b> Voltado para crianças e adolescentes com intuito de garantir que o direito de ambos seja cumprido, buscando modificar a realidade de vida até então vivenciada por muitos. <b>Portais:</b> Composto por áreas de atendimento ao cidadão, voltadas para o atendimento de suas necessidades básicas e psicológicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, e expondo por meio de notícias e fotos os trabalhos que estão sendo realizados.
<b>PONTA GROSSA</b>	<b>Legislação Municipal:</b> Permite ao cidadão conhecer e cobrar seus direitos enquanto moradores e residentes no município. Composta pela Lei Orgânica Municipal, Código Tributário, Lei do ISS, Código de Postura, Plano de Cargos e Carreiras, Plano Diretor, Código de Obras, Plano Municipal de Educação, Zoneamento Uso e Ocupação do Solo.

<b>CASCADEL</b>	<p><b>Conselhos Municipais:</b> Responsáveis pela execução e luta em prol do atendimento as necessidades fundamentais da população.</p> <p><b>Legislação Municipal:</b> Permite ao cidadão conhecer e cobrar seus direitos enquanto moradores e residentes no município. Composta pela Lei Orgânica Municipal, Código Tributário, Plano Municipal de Saúde, Código de Postura, Plano de Cargos e Carreiras, Plano Diretor, Código de Obras, Plano Municipal de Educação, Estatuto do Servidor (funcionário) Público, Zoneamento Uso e Ocupação do Solo.</p>
<b>PRINCIPIO DA EQUIDADE</b>	
<b>CURITIBA</b>	<p><b>Serviços para o cidadão:</b> Permite que o cidadão verifique se cumprimento de seus direitos sociais estão sendo atendidos, disponibilizando por meio deste serviço informações de programas voltados para o atendimento da população.</p> <p><b>156:</b> Permite ao cidadão ser ouvido diante de dúvidas, sugestões e reclamações, tendo liberdade para expor o tratamento que tem recebido diante de atendimentos em entidades públicas municipais.</p>
<b>LONDRINA</b>	<p><b>Acesso a Informação:</b> Disponibiliza ao cidadão telefones, endereços e portais específicos para o atendimento de dúvidas, sugestões e reclamações, bem como o agente responsável ao qual este deve contatar para cada tipo de informação que necessita.</p> <p><b>Defesa Civil:</b> Responsável pela segurança da população do município com a finalidade de preservar o bem estar social e moral da população.</p> <p><b>Mobilidade Londrina:</b> Implementação de um sistema que busca diminuir o tráfego de carros na cidade, buscando promover a acessibilidade e confiabilidade nos meios de transporte coletivos.</p> <p><b>Saúde:</b> Apresenta os serviços de atendimento a saúde da população, bem como em casos de emergência, fornece ainda os endereços e contatos de números de emergência e hospitais públicos do município.</p> <p><b>Emprego:</b> Disponibiliza o serviço de agendamento de seguro desemprego via internet, expõe vagas de empregos, e permite a empresas estarem anunciando novas vagas de emprego.</p>
<b>MARINGÁ</b>	<p><b>Central de Atendimento 156:</b> Ferramenta de participação popular que permite a população tirar dúvidas, dar sugestões, e realizar reclamações ao serviço público.</p> <p><b>Solicitação de Indenização:</b> Fornece a documentação necessária para protocolo de solicitação de indenização por danos causados a bens móveis e imóveis pertencentes a população.</p> <p><b>Portais:</b> Composto por áreas de atendimento ao cidadão, voltadas para o atendimento de suas necessidades básicas e psicológicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, e expondo por meio de notícias e fotos os trabalhos que estão sendo realizados.</p>
<b>PONTA GROSSA</b>	<p><b>Administração Direta:</b> Composta pelas Secretárias de atendimento ao cidadão em função da melhora da qualidade de vida destes.</p> <p><b>Ouvidoria:</b> Permite ao cidadão participar do exercício de cidadania enviando sugestões, reclamações, dúvidas e elogios.</p> <p><b>Agência do Trabalhador:</b> Disponibiliza via internet a busca por vagas de empregos, diminuindo filas e tempo de aguardo no atendimento nas agências físicas do trabalhador.</p>
<b>CASCADEL</b>	<p><b>Plano Municipal de Educação:</b> É um conjunto de ações educativas que serão implementadas mediante políticas públicas que definem as metas e os objetivos, assegurando de forma democrática, a continuidade das Políticas Educacionais para um prazo de dez anos.</p>
<b>PRINCIPIO DA RESPONSABILIDADE</b>	
<b>CURITIBA</b>	<p><b>Servidor:</b> É composto por um portal administrativo do município voltado para o servidor público para a melhoria e eficiência na qualidade do serviço prestado pelos agentes da organização.</p>
<b>LONDRINA</b>	<p><b>Controladoria Geral do Município:</b> Responsável por fiscalizar os atos administrativos, a preservação e aplicação dos recursos disponíveis, bem como zelar pelos princípios da administração pública.</p> <p><b>Procuradoria Geral do Município:</b> Responsável por atender ao Poder Executivo no desempenho de suas funções, bem como defender os interesses do município.</p> <p><b>Corregedoria Geral do Município:</b> Tem por finalidade realizar apurações disciplinares dos servidores públicos municipais do Poder Executivo.</p> <p><b>Empreendedor:</b> É formado por instituto de desenvolvimento do município o qual visa traçar rumos para o desenvolvimento socioeconômico e industrial do município junto a empresários e outras diversas entidades.</p>

	<p><b>Portal do Servidor:</b> Fornece a agentes públicos informações de caráter pessoal, financeiro, avaliações, e oportunidades de promoções, produzindo maior preocupação e dedicação com o quadro de funcionários.</p>
MARINGÁ	<p><b>Abertura de Empresas:</b> Facilita o acesso de futuros empresários a documentação necessária para abertura de empresas, bem como a solicitação de alvará e Licença Ambiental.</p> <p><b>Agiliza Obras:</b> Fornece a documentação necessária para a realização de obras no município, e permite consultar o andamento dos processos protocolados na prefeitura.</p> <p><b>Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos:</b> Tem por finalidade melhorar a salubridade ambiental, a proteção dos recursos hídricos, a universalização dos serviços, o desenvolvimento progressivo e a promoção da saúde, por meio da devida separação e reutilização do lixo coletado no município.</p> <p><b>Nossa Cidade:</b> Apresenta informações relativas ao município, atraindo o interesse da população local e de fora.</p> <p><b>Informações:</b> Apresenta os programas desenvolvidos em prol do zelo, bem estar e lazer com os moradores da cidade.</p>
PONTA GROSSA	<p><b>Administração Indireta:</b> Composta por Autarquias, empresas públicas e fundações que visam o melhoramento da administração pública para o cidadão.</p> <p><b>Procuradoria Geral do Município:</b> Tem por finalidade promover a cobrança da dívida ativa municipal, para que possa garantir a efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional, bem como prestar assistência jurídica, informações e pareceres de processos de natureza fiscal ou tributária.</p> <p><b>CIPA:</b> Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.</p> <p><b>Guia do Cidadão:</b> Informa ao cidadão a documentação necessários para retirada de documentos junto a prefeitura, agilizando o processo de atendimento emissão dos mesmos.</p> <p><b>Sala do Empreendedor:</b> Fornece aos empresários do município informações e serviços via internet, facilitando o atendimento e agilidade nos processos.</p>
CASCAVEL	<p><b>Programas e Projetos:</b> Criados para preservação da cidade e melhorar a qualidade de vida da população.</p>
<b>PRINCIPIO DA EFICIÊNCIA</b>	
CURITIBA	<p><b>Armazém da Família:</b> Programa Social destinado a famílias com renda até 5 salários mínimos, que oferece produtos alimentícios e para higiene pessoal com valores 30% menores que o mercado.</p> <p><b>Dívida Ativa:</b> Permite que cidadãos que se encontram em débito com a Prefeitura possam renegociar ou quitar suas dívidas por meio de parcelamentos.</p>
LONDRINA	<p><b>Conselhos Municipais:</b> Responsáveis por programas destinados ao atendimento de necessidades da população.</p> <p><b>Telecentros Comunitários:</b> Promover o acesso a informação a comunidades locais com intuito de combater a exclusão digital.</p> <p><b>Pró Cidadão:</b> Presta serviço de atendimento a população em local externo a prefeitura, com intuito de fornecer um atendimento mais rápido e eficiente na emissão de documentos de interesse da população.</p>
MARINGÁ	<p><b>Autenticação de Documentos:</b> Possibilita ao cidadão consultar e emitir certidões de interesse particular.</p> <p><b>Emissão de Documentos:</b> Permite ao cidadão consultar a disponibilidade de agendamento de locais esportivos, localizar a oficial numeração de residências, emitir certidão negativa/positiva de débitos,</p> <p>Tributos: Disponibiliza ao cidadão consultar débitos específicos com o município, bem como emitir carne para pagamento.</p>
PONTA GROSSA	<p><b>Pagamento de Tributos:</b> Permite ao cidadão estar consultando sua situação perante o município, emitir certidões, Notas Fiscais de Serviço, e carnes para pagamento, proporcionando maior agilidade rapidez do serviço.</p> <p><b>Portal 156 Solicitação:</b> Permite ao cidadão estar solicitando serviços e acompanhar solicitações em andamento.</p>
CASCAVEL	<p><b>Portal do Cidadão:</b> Oferece serviços via internet á pessoas físicas e jurídicas facilitando e agilizando o atendimento.</p>

<b>PRINCIPIO DA PROBIDADE</b>	
<b>CURITIBA</b>	<b>Secretárias e Órgãos:</b> Apresenta a missão de cada Secretária e Órgão, os trabalhos realizados pelas mesmas, bem como seus responsáveis e suas competências.
<b>LONDRINA</b>	<b>Secretárias:</b> Apresenta os agentes municipais responsáveis por cada Secretária municipal, a qualificação destes, notícias, informações de atendimento, legislação e alguns dos serviços de responsabilidade das mesmas. <b>Órgãos Públicos:</b> Direciona o cidadão aos sites dos órgãos públicos vinculados a prefeitura municipal, que buscam a qualidade de prestação de serviço a população e ao servidor.
<b>MARINGÁ</b>	<b>Secretárias:</b> Apresenta os agentes públicos responsáveis pelas diversas áreas que abrangem as secretárias municipais, bem como informa ainda a qualificação profissional de cada um, para o merecimento do cargo.
<b>PONTA GROSSA</b>	<b>Controladoria Geral:</b> Responsável por fiscalizar e coordenar os serviços executados pelas unidades da prefeitura.
<b>CASCADEL</b>	<b>Secretárias:</b> Permite ao cidadão conhecer as finalidades das secretárias de atendimento a população, bem como os responsáveis pelas mesmas e suas localizações. <b>Prefeito e Vice Prefeito:</b> Permite que a população conheça o governante de seu município, sua história e suas competências que o levaram ser eleito como representante do povo.
<b>PRINCIPIO DA TRANSPARÊNCIA</b>	
<b>CURITIBA</b>	<b>Agência de Notícias:</b> Permite o acesso a informações de trabalhos que estão sendo realizados pela Prefeitura. <b>Portal Dados Abertos Municipais:</b> Por meio deste a população tem acesso a documentos, informações e dados governamentais de livre utilização pela sociedade, de forma que possam ser reutilizados produzindo novas informações e aplicações digitais. <b>Receba nosso Informativo:</b> Disponibiliza ao cidadão receber via e-mail notícias e fotos de serviços realizados pela Prefeitura.
<b>LONDRINA</b>	<b>Portal da Transparência:</b> Destinado para facilitar o acesso a informações pelos cidadãos. <b>SEI:</b> Sistema Eletrônico de Informações –SEI, facilita a tramitação de processos administrativos, documentos e informações, sendo feito tudo de forma digital pela internet, indo desde abertura de processos até a assinatura dos mesmos, promovendo economia, celeridade, e segurança das informações deixando essas de serem executadas por meio de documentos impressos. <b>Jornal Oficial:</b> Fornece informações dos últimos acontecimentos relativos aos serviços prestados.
<b>MARINGÁ</b>	<b>Licitações:</b> Disponibiliza aos cidadãos acompanhar os processos de licitações que estão em andamento e os que já foram encerrados. <b>Tributos Municipais:</b> Permite que os cidadãos possam consultar sua situação cadastral, de débito com a prefeitura e emissão de carnês. <b>Consultas:</b> Fornece ao cidadão informações a diversas áreas relativas ao município. <b>Agência de Notícias:</b> Disponibiliza informações sobre trabalhos que estão sendo realizados no município.
<b>PONTA GROSSA</b>	<b>Portal da Transparência:</b> Fornece informações aos cidadãos dos processos de licitações, despesas públicas, obras realizadas, execução de receitas e publicações relativas a alterações e reformulações de Leis. <b>Diário de Obras:</b> Possibilita ao cidadão acompanhar as obras de melhorias que estão sendo realizadas no município, bem como verificar a agenda das próximas obras a serem realizadas.
<b>CASCADEL</b>	<b>Acesso a Informação:</b> Permite que o cidadão consulte as informações já publicadas pela entidade, e também solicite outras informações ainda não publicadas. <b>Últimas Notícias:</b> Expõe ao cidadão os serviços que foram e estão sendo realizados pela prefeitura em prol da sustentabilidade da cidade e atendimento a necessidade da população.
<b>PRINCIPIO DE ACCOUNTABILITY (PRESTAÇÃO DE CONTAS)</b>	
<b>CURITIBA</b>	<b>Planejamento, Finanças e Orçamento:</b> Permite que a população acompanhe as receitas e despesas municipais. <b>Portal da Transparência:</b> Permite ao cidadão acompanhar as contas públicas.
	<b>Portal da Transparência:</b> Além de facilitar o acesso a diversas informações de

<b>LONDRINA</b>	<p>interesse da população, este fornece ainda informações orçamentárias e financeiras de receitas e despesas do município.</p> <p><b>Contas Públicas:</b> Apresenta os balanços, planos orçamentários, orçamentos, e prestação de contas de livre acesso e a disposição do cidadão.</p> <p><b>Quadro de Detalhamento de Despesa:</b> Fornece os gastos relativos a cada departamento do poder municipal.</p>
<b>MARINGÁ</b>	<p><b>Portal Transparência:</b> Fornece ao cidadão dados e informações a cerca da execução de despesas e receitas municipais com pessoal, fornecedores, processos de licitação e obras públicas.</p>
<b>PONTA GROSSA</b>	<p><b>Portal da Transparência:</b> Permite ao cidadão acompanhar a destinação das despesas e receitas municipais.</p> <p><b>Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito:</b> Estão disponíveis as viagens realizadas por agentes públicos para o melhoramento da gestão.</p>
<b>CASCABEL</b>	<p><b>Portal da Transparência:</b> Fornece ao cidadão dados e informações atualizadas dos processos de licitação, receitas e despesas, gastos com pessoal, balanços orçamentários e relatórios contábeis, possibilitando a qualquer indivíduo participar do processo de fiscalização dos atos e ações municipais.</p>

Quadro 4 (Elaborado pelo autor): Princípios de Governança Pública identificados nos sites dos municípios paranaenses de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel.

A base de estudo para a pesquisa realizada os Princípios de Governança Pública redigidos pelo Tribunal de Contas da União, apresentando estes as seguintes importâncias e significados:

<b>PRINCÍPIOS BÁSICOS DE GOVERNANÇA PARA O SETOR PÚBLICO</b>	
<b>Legitimidade</b>	Princípio jurídico fundamental do Estado Democrático de Direito e critério informativo do controle externo da administração pública que amplia a incidência do controle para além da aplicação isolada do critério da legalidade. Não basta verificar se a lei foi cumprida, mas se o interesse público, o bem comum, foi alcançado. Admite o ceticismo profissional de que nem sempre o que é legal é legítimo.
<b>Equidade</b>	Promover a equidade é garantir as condições para que todos tenham acesso ao exercício de seus direitos civis - liberdade de expressão, de acesso à informação, de associação, de voto, igualdade entre gêneros -, políticos e sociais - saúde, educação, moradia, segurança.
<b>Responsabilidade</b>	Diz respeito ao zelo que os agentes de governança devem ter pela sustentabilidade das organizações, visando sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.
<b>Eficiência</b>	É fazer o que é preciso ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível. Não se trata de redução de custo de qualquer maneira, mas de buscar a melhor relação entre qualidade do serviço e qualidade do gasto.
<b>Probidade</b>	Trata-se do dever dos servidores públicos de demonstrar probidade, zelo, economia e observância às regras e aos procedimentos do órgão ao utilizar, arrecadar, gerenciar e administrar bens e valores públicos. Enfim, refere-se à obrigação que têm os servidores de demonstrar serem dignos de confiança.
<b>Transparência</b>	Caracteriza-se pela possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações de órgãos e entidades com terceiros.
<b>Accountability (Prestação de Contas)</b>	As normas de auditoria da <i>Intosai</i> conceituam <i>accountability</i> como a obrigação que têm as pessoas ou entidades às quais se tenham confiado recursos, incluídas as empresas e organizações públicas, de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, e de informar a quem lhes delegou essas responsabilidades. Espera-se que os agentes de governança prestem contas de sua atuação de forma voluntária, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões.

Quadro 5 (Elaborada pelo autor): Princípios de Governança Pública. Fonte de dados: Referencial Básico de Governança Pública, p. 49-50.

Segundo Cruz *et al* (2011, p. 157) *apud* Icerman e Sinason (1996) afirmam que não cabe somente a divulgação de informações quantitativas por parte dos agentes governamentais, mas também o acesso a informações que estão inseridas e fazem parte no cotidiano da população como saúde e educação:

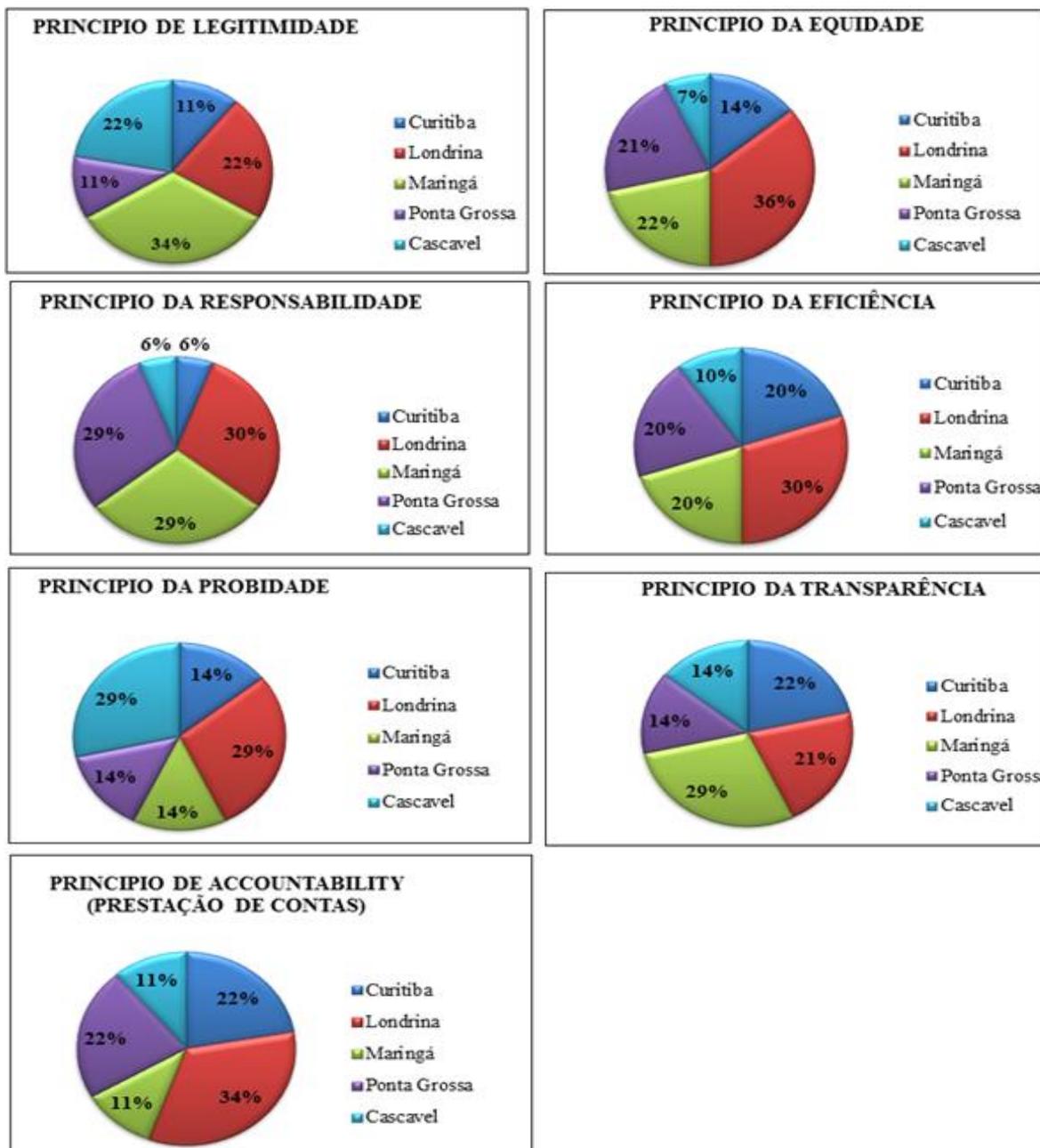
Icerman e Sinason (1996) defendem que o nível de transparência na prestação de informações sobre os atos da administração pública (*accountability*) está relacionado basicamente a três elementos: sociopolíticos, regras de planejamento e execução orçamentária e normas de apresentação de relatórios financeiros externos. Dessa forma, considera-se que a divulgação de informações acerca dos atos da gestão pública não deve se limitar aos relatórios já previstos em dispositivos legais (em geral, relatórios fiscais e financeiros), mas também de informações qualitativas que reportem desempenho, projetos e atingimento de metas em áreas relevantes para a sociedade, tais como saúde, educação, cultura, transporte, saneamento e outras.

Marcelli (2013, p. 23) relata ainda que os cidadãos de hoje em dia buscam exigir de seus governantes o uso devido e correto dos bens e receitas públicas de maneira clara e concisa por meio da apresentação de dados e documentos que comprovem o uso e destinação de tais recursos, assumindo responsabilidades sobre seus atos.

## **4.2 Análise das fontes de pesquisa**

Diante das perspectivas apresentadas foi realizado um estudo consistindo em analisar os princípios de Governança Pública utilizados pelas cinco mais populosas cidades do Paraná, com a finalidade de identificar, por meio de seus sites, os mecanismos nos quais estão inseridos tais princípios.

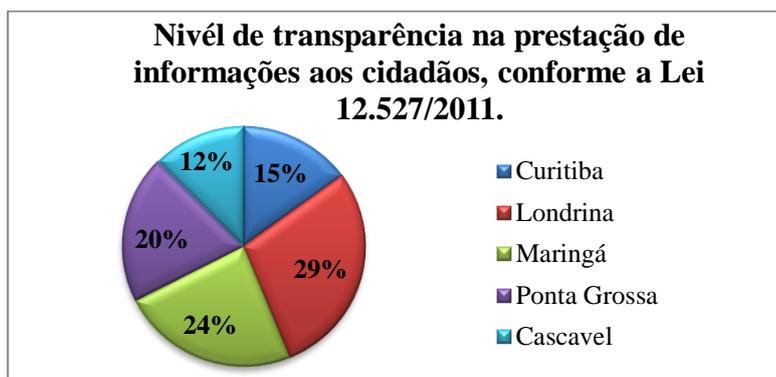
As informações levantadas foram expostas por meio de quadro em anexo, sendo apresentados a seguir os percentuais das informações analisadas:



Quadro 2 (Elaborado pelo autor): Percentual de utilização dos princípios de Governança Pública pelos municípios de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel.

### 4.3 Análise dos resultados

De acordo com a análise realizada nos sites dos cinco municípios mais populosos do Estado do Paraná, com base na Lei de Acesso a Informação nº 12.527/2011, foram evidenciados os seguintes percentuais de utilização de mecanismos que evidenciam a empregabilidade dos princípios de Governança Pública em suas gestões:



Quadro 3 (Elaborado pelo autor): Nível de transparência dos municípios analisados na prestação de informação aos cidadãos, conforme Lei 12.527/2011.

Por meio da análise realizada pode-se verificar que o município que apresenta maior transparência na prestação de informações aos cidadãos brasileiros, residentes ou não nas localidades abrangidas, foi o município de Londrina com um percentual de 29% (por cento) considerando todos os requisitos analisado e evidenciados nos princípios de Governança Pública, sendo a disponibilização do acesso à informação obrigatório a todos os entes da esfera governamental, conforme regulamentado pela Lei 12.527/2011 de Acesso a Informação (LAI).

Os outros quatro municípios analisados apresentaram percentuais entre 12% a 24% (por cento), sendo dispostos na tabela dos percentuais de utilização dos princípios de Governança Pública.

## 5 CONCLUSÃO

Neste estudo buscou-se analisar os mecanismos que evidenciam a utilização dos princípios de Governança Pública pelas cinco cidades mais populosas do Estado do Paraná, tendo como ênfase a transparência exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, e disponibilidade a consulta de informações de interesse individual, coletivo e geral pela população, sendo obrigatório segundo a Lei de Acesso a Informação nº 12.527/2011, consistindo ambas em estabelecer como regra geral perante Lei, a divulgação por meio de mecanismos como jornais, revistas e internet de informações quantitativas e qualitativas a cerca do trabalho e atividades que os governantes vem executando, tendo este levantamento ênfase de pesquisa na delimitação de estudo as cidades de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, por meio de seus respectivos sites.

Por meio de levantamento de dados qualitativos realizados nos sites dos cinco municípios abrangidos identificou-se que o município de Londrina apresenta o maior grau de transparência de informações a disposição da população, tendo um percentual de 29% de mecanismos que visam a execução dos princípios de Governança Pública em prol do melhoramento da gestão e atendimento as necessidades da população. Os demais municípios atingiram percentuais entre 12% a 24% distribuídos entre fatores que evidenciaram a utilização de cada princípio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Jamilyton, NASCIMENTO, Makvel Reis. **LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: Um instrumento de controle social da Administração Pública**. AMOG, 2012, p. 9. Disponível em: <<http://www.amog.org.br/amogarquivos/TCCPOS-TURMA-2012/Jamilyton-Abdala.pdf>>. Acesso em 20, set. 2017.

AUTOR DESCONHECIDO. **Lista de Municípios do Paraná por população**. WIKIPÉDIA Enciclopédia Livre, 2017. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_munic%C3%ADpios\\_do\\_Paran%C3%A1\\_por\\_popula%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Paran%C3%A1_por_popula%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em 05, set. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, Planalto, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 15, ago. 2017.

CASCADEL. Prefeitura Municipal de Cascavel. Paraná, 2017. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/>>. Acesso em 01, out. 2017.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Manual da Lei de Acesso a Informação para Estados e Municípios**. Brasília, 2013, p. 5. Disponível em: <[http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual\\_lai\\_estadosmunicipios.pdf](http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf)>. Acesso em 07, set. 2017.

CRUZ, Claudia Ferreira, *et al.* **Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, Revista de Administração Pública, 2011, p. 157. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n1/v46n1a08>>. Acesso em 15, out. 2017

CURITIBA. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. Paraná, 2017. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/>>. Acesso em 30, set. 2017.

GOVERNO FEDERAL. **LAI: Lei de Acesso a Informação**. Brasília. Acesso a Informação, 2012. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>>. Acesso em 05, set. 2017.

LINO, Estêvão José. **Princípios constitucionais da administração pública: como o princípio da legalidade afeta o agir eficiente do gestor público?**. Curitiba, Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), 2014, p. 18. Disponível em: <[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3737/1/CT\\_GPM\\_2013\\_06.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3737/1/CT_GPM_2013_06.pdf)>. Acesso em 15, ago. 2017.

LONDRINA. **Prefeitura Municipal de Londrina**. Paraná, 2017. Disponível em: <<http://www.londrina.pr.gov.br/>>. Acesso em 30, set. 2017.

LOUREIRO, Geraldo. **IFAC – Princípios para boa Governança Pública**. IBGC, 2015. Disponível em: <[http://www.geraldoloureiro.com/wiki/index.php?title=Princ%C3%ADpios\\_para\\_a\\_Boa\\_Governan%C3%A7a\\_P%C3%BAblica](http://www.geraldoloureiro.com/wiki/index.php?title=Princ%C3%ADpios_para_a_Boa_Governan%C3%A7a_P%C3%BAblica)>. Acesso em 15, ago. 2017.

MARCELLI, Selma. **Governança no setor público: diagnóstico das práticas de gestão da polícia federal à luz do estudo 13 do PSC/IFAC**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2013, p. 23. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11247/Mestrado\\_Selma\\_Marcelli.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11247/Mestrado_Selma_Marcelli.pdf?sequence=1)>. Acesso 16, ago. 2017.

MARINGÁ. **Prefeitura Municipal de Maringá**. Paraná, 2017. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/>>. Acesso em 01, out. 2017.

MENDES, Jerônimo. **Princípios Valores e Virtudes**. Jerônimos Mendes, 2015. Disponível em: <<http://www.jeronimomendes.com.br/principios-valores-e-virtudes/>>. Acesso em 20, ago. 2017.

PONTA GROSSA. **Prefeitura Municipal de Ponta Grossa**. Paraná, 2017. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/>>. Acesso em 01, out. 2017.

SILVA, Edson Jacinto. **O município na Lei de Responsabilidade Fiscal**. A Lei Complementar nº 101 de 24 maio de 2000 com tudo o que o município precisa saber. São Paulo, Editora de Direito, 2000, p. 17, 19.

SILVA, José A. Fonseca. **Princípios da Governança no Setor Público: Um Estudo no Tribunal de Contas do Estado do Ceará**. Rio de Janeiro, XXXV Encontro da ANPAD, 2011, p. 4. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB1623>>. Acesso em 20, ago. 2017.

TCU, Tribunal de Contas da União. **Governança Pública: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria**. Brasília, 2014.

VIANA, Evandro. **A governança Corporativa no setor público municipal - um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados finais**. Ribeirão Preto, Biblioteca Digital USP, 2010, p. 41. Disponível

NOTA PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO DOS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA  
NOTA PARANÁ REPASSADOS PARA CASA DE APOIO IRMÃO PEDRO  
FRIDHOFFEM

Matheus de Souza Cardoso Oliveira<sup>1</sup>

Denisa Maria Borçato<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo trata de um estudo sobre o programa Nota Paraná, criado com objetivo de incentivar o cumprimento da Cidadania Fiscal. Tendo como principal objetivo, estudar os benefícios do Programa repassados para as entidades sem fins lucrativos, apresentando como questão a pesquisa na “Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhoffem”. A pesquisa buscou fundamentação teórica buscando sustentar a pesquisa e contribuir para um melhor conhecimento, de como as entidades sem fins lucrativos podem ser beneficiadas pelo programa Nota Paraná, trazendo a importância da Cidadania Fiscal. A presente pesquisa se caracteriza como qualitativa descritiva e pura, o estudo teve como técnica para obtenção de dados a pesquisa na “Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhoffem”. Os resultados obtidos na pesquisa, mostram a quanto tempo a entidade participa do programa e quais os benefícios que os valores repassado pelo Nota Paraná trouxeram para entidade, mensurando a importância e o impacto que o projeto de incentivo ao Nota Paraná criado pela faculdade SMG, gerou para “Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhoffem”.

**Palavras chave:** Responsabilidade Fiscal, Gestão Tributária. Legislação Tributária. Cidadania Fiscal.

---

1- Graduando em Ciências Contábeis/SMG

Tel: (44) 9 9979-8466 – [matheussousa159@hotmail.com](mailto:matheussousa159@hotmail.com)

2- Professora Coordenadora do curso de Ciências Contábeis na SMG

Tel: (44) 9 9141-5925 – [denisa.borsato@alvorada.edu.br](mailto:denisa.borsato@alvorada.edu.br)

## 1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista, mesmo que diante a tantos escândalos envolvendo a sonegação fiscal e a corrupção no Brasil, ainda existem resistências quanto ao cumprimento do direito à Cidadania Fiscal, no combate a sonegação fiscal, são criados programas como o Programa Nota Paraná, do Governo Estadual, cujo objetivo é incentivar e contribuir, para o cumprimento da Cidadania Fiscal.

Desta forma estabeleceu-se como questão de pesquisa: A entidade Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhoffen obteve benefícios com o cadastramento no Programa Nota Paraná?

Em meio a mobilização social, a sociedade civil organizada e comunidade no combate a corrupção, frente a tantos escanda-los divulgados na mídia, é oportuno estudar e analisar o Programa Nota Paraná e os benefícios do Programa para as entidades sem fins lucrativos, sendo estes os principais objetivos da pesquisa. Quanto aos Objetivos Específicos estabeleceu-se: a) Buscar fundamentação teórica que possa sustentar a pesquisa e contribuir para um melhor conhecimento, de como as entidades sem fins lucrativos podem ser beneficiadas pelo programa Nota Paraná; b) Analisar como as entidades devem proceder para se beneficiar dos créditos gerados pelo programa; c) Analisar os valores passados pelo programa para Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhoffem, com a sensibilização da comunidade acadêmica da Faculdade Santa Maria da Glória – SMG mediante a implantação do Projeto de Extensão “Incentivo ao Nota Paraná”; d) Analisar quais os benefícios que a Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhoffem alcançou após se inscrever no Nota Paraná.

A pesquisa justifica-se pelo fato de sensibilizar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, da importância e benefícios que o Programa Nota Paraná. Bem como, contribuir para o cumprimento do exercício da Cidadania Fiscal, onde todo cidadão deve exigir seu documento fiscal em qualquer aquisição de bens, produtos ou serviços, como forma de combate aos crimes de sonegação fiscal.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 EDUCAÇÃO FISCAL

Com o passar dos anos, as mudanças tecnológicas e econômicas têm causado considerações sobre o dever do Estado. Hoje, a missão é conciliar um novo modelo de desenvolvimento que leve a sociedade entendimentos de relações Estado-cidadão que sejam mais equilibradas, administração pública tendo como foco conceitos de descentralização e eficiência, direcionada para os controles dos resultados, e estar cada vez mais próxima do cidadão.

No Brasil, talvez pela elevada carga tributária, pelo baixo nível de retorno à sociedade e pelos casos de corrupção, prepondera a cultura de não pagamento de tributos. Uma das pressuposições envolve o desconhecimento da importância do Estado como regulador da vida em sociedade e dos tributos como mantenedores da “máquina pública”. (GRZYBOVSKI, RAP Rio de Janeiro 40(5):841-64, 2006)

No Brasil devido aos inúmeros casos de corrupção pela alta carga tributária, e pelo baixo nível de retorno a sociedade, a cultura do país predomina pelo não pagamento de tributos. Por tal motivo, nota-se a falta de conhecimento da sociedade sobre a importância do Estado como governador da vida em sociedade e dos tributos como mantenedores fortalecedores do Estado. Hoje no Brasil, a tributação e todos os seus elementos de conteúdo econômico e social ainda são tidos como desobrigados de qualquer entendimento pelo cidadão, caracterizando-se como atividade particular e interna do Estado. (GRZYBOVSKI, 2006). O governo e os canais de comunicação populares, levam mínimas explicações sobre a tributação e suas consequências na vida das empresas e das pessoas a sociedade.

Com o objetivo de aumentar a arrecadação, muitas campanhas foram realizadas incentivando a emissão de notas fiscais nas relações comerciais e de serviços, tendo como exemplo o programa “Nota Paraná”, realizado no estado do Paraná.

Ainda confunde-se Estado com governo; contribuinte de direito com contribuinte de fato; governo com funcionário público e não se tem claro que o criador do Estado e, portanto, dos seus tributos, é o próprio povo. Se o sistema tributário nacional é “injusto”, existem caminhos adequados para mudá-lo, não servindo tal fato de justificativa para a sonegação (GRZYBOVSKI apud PNEF, 2002).

Essas campanhas na qual buscam o objetivo de aumento da arrecadação fiscal tem certo cunho educativo, buscando a educação para o cumprimento da cidadania fiscal.

Esse quadro evidencia a importância de programas, tanto de iniciativa privada quanto pública, que tenham por fim desenvolver a consciência fiscal no cidadão brasileiro. Com programas de educação fiscal se desperta o cidadão para a importância do pagamento espontâneo dos tributos e, por outro lado, dá-se importância a sua participação em câmaras municipais, assembleias legislativas, reuniões comunitárias, associações de bairro, associações de classe e sindicatos a fim de eleger as prioridades no planejamento e nos orçamentos da administração pública, cobrar a execução e acompanhar efetivamente a aplicação dos recursos públicos. (GRZYBOVSKI, RAP Rio de Janeiro 40(5):841-64, 2006)

Os programas de educação fiscal levam despertamento ao cidadão brasileiro quanto o pagamento dos tributos, a importância da boa relação entre Estado e sociedade, o incentivo do para o cumprimento da cidadania fiscal e, levando ao fortalecimento ao Estado.

## **2.2 CIDADANIA FISCAL**

O Estado deve estimular a cidadania fiscal, para que os contribuintes cumpram com o dever de pagar tributo não somente por obrigação, mas que possam se sentir como parte essencial para o desenvolvimento do Estado.

“O dever fundamental de pagar tributo, porém, deve ser compreendido a partir da própria teleologia da instituição de tributos. Especificamente quanto aos impostos, é importante destacar a norma contida no art. 150 § 5o , CRFB, segundo a qual "a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços". É possível, assim, afirmar que a instituição de impostos deve vir acompanhada de informações à população não apenas sobre a existência do imposto em si, mas também sobre para que ele serve e qual a importância do recolhimento desse imposto à finalidade última do Estado, que é o bem comum. Em outras palavras, o Estado deve estimular a cidadania fiscal, para que os contribuintes, diretos ou indiretos, cumpram o dever fundamental de pagar tributo não apenas por obrigação, mas sintam-se como atores essenciais ao desenvolvimento do Estado". (PERACCHI, 2013, SEFA, reunião do Conselho da Nota Fiscal Cidadã)

A sonegação fiscal vem se tornando tão comum, que a população começou a ter como um comportamento padrão, seja pela falta de confiança no Governo, pela

falta de conhecimento sobre os impactos negativos que a sonegação trás ao Estado, o certo, é que a sonegação se tornou algo padrão no meio da população. Os números da sonegação fiscal são impressionantes. No plano federal, estima-se que, em 1 (um) único mês, o Brasil deixa de arrecadar R\$ 34.117.796.160,003 por causa da sonegação, o que corresponde ao PIB de Estados como Amapá, Roraima, Acre, Tocantins, Rondônia, Sergipe e Alagoas.

“Os números da sonegação fiscal são impressionantes. No plano federal, estima-se que, em 1 (um) único mês, o Brasil deixa de arrecadar R\$ 34.117.796.160,003 por causa da sonegação, o que corresponde ao PIB de Estados como Amapá, Roraima, Acre, Tocantins, Rondônia, Sergipe e Alagoas. Reverter esse panorama não é tarefa fácil, muito menos passível de ser executada apenas pelo Estado. A sociedade precisa assumir conduta proativa, definindo seu papel na solução do problema. O exercício da cidadania fiscal, portanto, é uma arma poderosa no combate à sonegação”. (PERACCHI, 2013, SEFA, reunião do Conselho da Nota Fiscal Cidadã)

O estímulo para a cidadania fiscal deve partir do Estado, por meio de ações educativas que possibilitem a conscientização da sociedade quanto a importância dos tributos e como cada cidadão pode colaborar para que tais tributos sejam efetivamente arrecadados. Recentemente no estado do Paraná, com intuito de estimular à cidadania fiscal foi criado o programa Nota Paraná:

“O programa Nota Paraná parte da premissa de que os cidadãos são a razão de ser do Estado, e a atitude deles é fator essencial para o fortalecimento ou o enfraquecimento desse Estado. Despertar a cidadania fiscal é aprimorar a relação entre o Estado e a sociedade. Também por isso nasceu o Nota Paraná, que quer apresentar conhecimentos ao cidadão, despertar sua consciência e permitir que se posicione criticamente diante dos fatos. O desenvolvimento social e do Estado devem estar sempre associados”. (SANTOS, Rosa F.. Nota Paraná – Uma ação de cidadania do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.notaparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>. Acesso em: 22/03/2017).

O objetivo do programa é justamente estimular a sociedade quanto ao cumprimento da cidadania fiscal mediante conscientização da sociedade sobre a gestão fiscal, valorização de iniciativas cidadãs de apoio e exercício da cidadania fiscal e premiação ao consumidor que exigir do fornecedor em qualquer compra de bens, produtos e serviços, a emissão do documento fiscal. Existe muito que se fazer pela cidadania fiscal, as ações nesse sentido devem ser continuadas, para que se possa alcançar cada vez mais o cumprimento da cidadania fiscal, sendo fator fundamental para o desenvolvimento do Estado.

### **2.3 FUNÇÃO SOCIAL DOS TRIBUTOS**

De acordo com Paludetto (Revista de Direito, 2008), para compreensão da expressão função social do tributo, deve-se, primeiramente, considerar que, pela definição da Constituição Federal, está como destinação do Estado Democrático, assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

A sociedade em geral busca a redução das desigualdades regionais e sociais, com interesses a ela trazendo um equilíbrio e bem-estar, atendendo-se, ao desejo do desenvolvimento nacional. A Constituição Federal prevê em seu art. 170 como princípios garantidores da ordem econômica e social, no que diz respeito dessa redução de desigualdades sociais e regionais, bem como da garantia do pleno emprego, da proteção ao meio ambiente, dentre outros. O não cumprimento da função social dos tributos gera um grave problema social, forçando o setor privado, desestimulando a economia, diminuindo a geração de empregos, enfim, impedindo o crescimento o desenvolvimento do cidadão e da sociedade.

O Estado deve possuir uma fonte de renda para que seja possível desempenhar suas funções, que pode ser proveniente de receitas correntes e de capital. No Brasil, o tributo é a principal fonte de financiamento sustentável das atividades do Estado. (Função social dos tributos / Programa Nacional de Educação Fiscal. quatro. ed. Brasília: ESAF, 2009)

## **2.4 O PROGRAMA DE ESTÍMULO À CIDADANIA FISCAL DO ESTADO DO PARANÁ - PROGRAMA NOTA PARANÁ**

O Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná – Programa Nota Paraná foi criado em abril de 2015 por meio da Lei nº 18.451 e regulamentado pelo Decreto nº 2.069, de agosto de 2015 e foi concebido com o intuito de incentivar os consumidores a exigir dos estabelecimentos comerciais a entrega de documento fiscal hábil no momento de suas aquisições de bens, mercadorias e serviços de transporte interestadual.

A fundamentação legal do programa está embasada em 13 (treze) Resoluções, que tratam aspectos relacionados ao Programa, desde o cadastramento do

consumidor no site do Programa, o registro de reclamações e denúncias, normas relacionadas aos sorteios dos prêmios, e o cálculo do crédito a ser atribuído aos consumidores. E ainda existem mais 5 (cinco) Resoluções conjuntas, que tratam do cadastramento de entidades sem fins lucrativos, critérios de aptidão e que podem ser favorecidas com os créditos das notas fiscais emitidas pelos contribuintes que não possuírem identificação de consumidor pessoa física ou jurídica, conforme art. 4º, inciso IV da Lei 18.451/2015. O programa tem a ideia de que os cidadãos são a razão de ser do Estado, e a atitude deles é fator essencial para o fortalecimento ou o enfraquecimento desse Estado, e Despertar a cidadania fiscal é aprimorar a relação entre o Estado e a sociedade.

As entidades paranaenses sem fins lucrativos que atuam nas áreas de assistência social, cultural, esportiva, saúde, defesa e proteção animal, também podem se beneficiar do Programa Nota Paraná recebendo créditos e bilhetes para concorrer aos sorteios. Conforme o inciso IV do Art. 4º da referida Lei, ainda conta com a possibilidade de transferência de créditos e dos direitos aos sorteios de prêmios do Programa para entidades sem fins lucrativos atuantes nas áreas de assistência social, saúde, cultural ou desportiva e ainda de defesa e proteção animal nos casos em que o documento fiscal não indique o nome do consumidor. (PARANÁ, 2015, p.03).

Quanto aos benefícios oferecidos pelo Programa Nota Paraná que envolvem os créditos e sorteios, o artigo 3º, da Lei 18.451, estabelece que: “O valor correspondente a até 30% (trinta por cento) do ICMS que cada estabelecimento tenha efetivamente recolhido será distribuído como crédito entre os respectivos adquirentes de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual [...]”. (PARANÁ. Lei 18.451, 2015, Art. 3º).

As entidades cuja natureza jurídica registrada no CNPJ seja, Fundação Privada, Organização Social e Associação Privada, podem participar do programa, para isso devem efetuar um cadastro na Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – Seds, através do sistema eletrônico Sistema de Transferências e Apoio à Gestão – SISTAG, após a devida conferência e aprovação, a Seds fará a inclusão das Instituições aptas no Sistema do Nota Paraná. Posteriormente, a Instituição receberá login/senha, via e-mail, para acesso ao Sistema do Nota Paraná, o que possibilitará o gerenciamento dos créditos e

resgates de valores. O lançamento dos dados da nota fiscal e doação à Entidade deverão ser feitos por qualquer pessoa física, mediante acesso ao sistema com login/senha pessoal. (SEFAZ/PR).

Cabe às Secretarias de Estado da Família e do Desenvolvimento Social, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Cultura, do Esporte, e da Saúde, a análise da documentação apresentada com o requerimento e, se for o caso, o registro da entidade no Sistema do Programa Nota Paraná, para fins de usufruto dos benefícios do Programa. Estando todas as etapas acima realizadas, a entidade já poderá começar a usufruir dos benefícios do programa.

Segundo o Portal do Programa as notas fiscais só poderão ser doadas até 30 dias a contar da data de sua emissão, após esse prazo não será possível realizar a doação para a entidade de tal nota.

### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa se caracteriza como qualitativa descritiva, pois, de acordo com Silva (2003), este tipo de pesquisa tem o objetivo de proporcionar ao pesquisador maior conhecimento sobre o problema, deixando-o mais claro.

A pesquisa foi fundamentada em livros, da legislação acerca do tema, consultas de outras obras como artigos, revistas e outros materiais que puderam agregar valor ao estudo, bem como a pesquisa em campo realizada na Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhoffem, entidade com atuação no âmbito da Assistência Social.

Por fundamentar-se em uma pesquisa qualitativa descritiva e pura, o estudo teve como técnica para obtenção de dados a pesquisa na Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhoffem.

Os dados foram analisados através do método dedutivo e, de acordo com Gil (1999), o raciocínio dedutivo tem como objetivo explicar o conteúdo das ideias iniciais, através de uma ligação de critérios em ordem decrescente, até chegar a uma conclusão.

Os resultados obtidos na presente pesquisa serão limitados às entidades sem fins lucrativos que já se beneficiam do programa Nota Paraná, bem como a pesquisa aplicada na Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhoffem.

## **4. APRESENTA DOS RESULTADOS**

### **4.1 ENTIDADES BENEFICIADAS PELO PROGRAMA NOTA PARANÁ**

Atualmente o Programa Nota Paraná já beneficia quase mil Entidades, cerca de 965 em todo o Estado. Elas se dividem nas áreas de Assistência Social, Saúde, Desportiva, Defesa e proteção e Cultural.

Os valores passados as Entidades do estado do Paraná já ultrapassam um total de 24 milhões. De acordo com o Portal do Programa Nota Paraná os repasses, desde a criação do programa, para as Entidades de Assistência Social somaram R\$ 16.510.898,10. Sendo as entidades que mais recebem créditos e prêmios do programa, as entidades de Assistência Social são 73,78% das entidades participantes do Programa.

As Entidades da cidade de Maringá que se beneficiam do programa já somam um total de 50 Entidades, atuando nas áreas de Assistência Social, Saúde, Desportiva, Defesa e proteção e Cultural. Sendo as Entidades que mais receberam do programa foram aquelas que atuam na área de Assistência Social, totalizando um montante de R\$ 1.273.839,52 repassado para 31 entidades que atuam nessas áreas.

### **4.1 ENTIDADE ASSISTENCIAL CASA DE APOIO IRMÃO PEDRO FRIDHOFFEM BENEFICIADA PELO PROGRAMA**

A Casa De Apoio Social Irmão Pedro Friedhofen, entidade beneficente, com atuação na área de **Assistência Social**, participa do programa Nota Paraná há aproximadamente 08 meses. Neste período, a Entidade vem utilizando os benefícios do programa Nota Paraná, cujos repasses são direcionados para as Entidades, na proporção das Notas Fiscais de Consumidor, conforme a Lei 18.451/2015.

A Casa de Apoio recebe doações de notas fiscais de consumidor, através de pessoas físicas que levam até as entidades e urnas coletoras são expostas em empresas e entidades interessadas em contribuir, sendo divididas em

supermercados, padarias e faculdades. São quatro os estabelecimentos parceiros que realizam a coleta dos Cupons Fiscais através de urnas, sendo eles: Santa Casa de Misericórdia de Maringá; Loteadora Licce; Panificadora Brioche Crocante; e **Faculdade Santa Maria da Glória - SMG**.

Dentre os locais citados, destaca-se a participação efetiva da **Faculdade Santa Maria da Glória - SMG**, em que o Curso de Ciências Contábeis, criou um Projeto de Sensibilização para a comunidade acadêmica e público externo, quanto a responsabilidade fiscal e as práticas de cidadania do consumidor, quanto a emissão de Notas Fiscais de Consumidor e campanha de coleta de Notas de Venda ao Consumidor entre os alunos, professores e técnicos administrativos.

A participação da comunidade acadêmica e externa superou as expectativas do “Projeto de Incentivo do Nota Paraná”, no contexto de notas arrecadadas junto a comunidade acadêmica que instigou a comunidade externa a participação no Projeto e ainda contribuiu com a entidade “Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhoffen” na participação do Programa Nota Paraná recebendo créditos e bilhetes para concorrerem aos sorteios periódicos do Programa Nota Paraná do Governo Estadual.

A própria entidade realiza a coleta das urnas com as doações nos locais conveniados, e assim funcionários e voluntários realizam o cadastramento dos comprovantes fiscais diretamente no site do programa Nota Paraná para participar dos repasses e sorteios do Programa.

O Projeto de Extensão desenvolvido pelo Curso de Ciências Contábeis, tem a participação dos demais 11 cursos ofertados pela Faculdade SMG (Direito, enfermagem, Administração, História, Pedagogia, Ciências da Computação, Tecnologia da Informação, Comunicação Social, Letras/Inglês e Letras/Espanhol), que conta com 1.097 alunos matriculados, que teve como objetivo principal incentivar a cidadania fiscal, e ainda contribuir com a entidade Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhoffen.

Participaram do projeto um total de 253 acadêmicos da faculdade, cujas doações de cupons fiscais os resultados foram os seguintes:

**Quadro 1:** Valores arrecadados e Alunos participantes

<b>Campus</b>	<b>Total de Alunos que participaram</b>	<b>Valor das NFs repassadas</b>
CATUAI	130	R\$ 121.425,84
REGINA e AV SÃO PAULO	123	R\$ 131.640,50
<b>Total</b>		<b>R\$ 253.066,34</b>

**Fonte:** Elaborado pelo Autor

O Quadro 1, demonstra os valores de R\$ 253.066,34 (duzentos e cinquenta e três mil, sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos) arrecadados em cupons fiscais pelos três Campus da Faculdade SMG e repassados para entidade Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhofen , cadastradas no Portal do Programa Nota Paraná. O projeto teve tempo de duração de fevereiro de 2017 a julho de 2017.

O período analisado em que o projeto iniciou-se, a faculdade SMG possuía 1.097 alunos, e participaram do projeto 253 acadêmicos. Apesar da considerável participação de 23% dos acadêmicos, o projeto obteve ótimos resultados em valores arrecadados para o Programa Nota Paraná e para a entidade Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhofem.

No **Quadro 2**, demonstra-se os resultados da pesquisa em relação aos valores repassados pelo Programa Nota Paraná à entidade no 1º Semestre de 2017, após a sensibilização realizada pela Faculdade SMG e valores arrecadados pela Santa Casa de Misericórdia de Maringá, Loteadora Licce e Panificadora Brioche Crocante e, os valores recebidos antes da sensibilização:

**Quadro 2: Benefícios recebidos pela entidade do Programa Nota Paraná**

<b>HISTÓRICO</b>	<b>TOTAL DISTRIBUÍDO</b>
Antes do projeto de incentivo da Faculdade SMG	R\$ 1.843,45
Após o projeto de incentivo da Faculdade SMG	R\$ 3.628,86
<b>Total Arrecadado em 8 meses</b>	<b>R\$ 5.472,31</b>

**Fonte:** Elaborado pelo Autor

Os valores mensurados no Quadro 2, apresentaram um aumento de 50,80% dos créditos e prêmios repassados pelo Programa Nota Paraná para entidade, após implantação do Projeto de sensibilização pela Faculdade SMG.

Segundo o Presidente da Entidade Diácono Martinho de Araújo, os valores foram oportunos, pois gastos fixos da entidade foram pagos com os valores arrecadados, o que proporcionou um fôlego no fluxo de caixa da entidade, afirmou ele.

Ainda de acordo com o presidente da entidade Casa de Apoio Irmão Pedro Fridhoffen a entidade participa do programa Nota Paraná há somente 8 meses. E nestes 8 meses o programa já repassou para a entidade um montante de R\$ 5.472,31 entre prêmios e créditos.

De acordo com entrevista realizada com o Presidente Diácono Martinho, os valores repassados pelo Programa Nota Paraná, tem sido de grande valia, pois permite o custeio de parte dos gastos fixos da entidade, sendo os seguintes custos e despesas: a) Pagamento de funcionários; b) Água; c) Luz; d) Gás de cozinha; e) Telefone; f) Alimentos em geral.

A pesquisa demonstrou a contribuição do Programa Nota Paraná, não somente quanto a sensibilização à Cidadania Fiscal, para a conscientização dos consumidores na exigência da emissão de notas fiscais no ato das suas compras, mas também como o Programa contribui para a responsabilidade social quanto ao combate à sonegação fiscal.

Os resultados do Projeto do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade - SMG, demonstraram que dos 1.097 alunos, somente 253 acadêmicos, ou seja, 23% dos alunos participaram da ação voluntária, repassando Notas Fiscais de Consumidos. No entanto mesmo sendo considerado baixo o número de participantes, em relação aos 1.097 matriculados, as arrecadações proporcionaram grandes benefícios para a entidade, segundo o presidente da entidade.

Os resultados apresentados merecem ser evidenciados e maior divulgados no ambiente acadêmico e junto a comunidade local, como forma a incentivar a participação voluntária da comunidade, e também instigar o combate à sonegação fiscal pelos estabelecimentos comerciais.

Ainda em resposta aos objetivos da pesquisa, os resultados da pesquisa demonstram que as entidades de assistência social, tem no Programa Nota Paraná, um grande parceiro quanto a sustentabilidade financeira, necessitando, no entanto, de maior participação da sociedade, pois conforme demonstrado na pesquisa o

montante arrecadado somente na Faculdade SMG no montante de R\$ 253.066,31 e ainda dos outros pontos de coleta da Casa de Apoio Irmão Pedro, permitiu um repasse de somente R\$ 3.628,86 no período analisado.

Os valores arrecadados pelos demais pontos de coleta, não foram apresentados pela entidade, limitando a pesquisa, já que não foi possível identificar os valores coletados pelos demais pontos de coleta (Santa Casa de Misericórdia de Maringá, Loteadora Licce e Panificadora Brioche Crocante). No entanto, conforme apresentado no **Quadro 2**, a participação da Faculdade SMG, incrementou os repasses a entidade.

A desconsideração de grande parte dos valores arrecadados se deu por vários fatores, no caso da entidade pesquisada. Tais como, vencimento do prazo limite do documento fiscal, dificuldades no cadastramento dos documentos no portal, por parte da entidade, pois requer tempo e disponibilidade de funcionários ou voluntários e ainda maior divulgação da participação desta no Programa Nota Paraná, conforme determina a Lei nº 18.451/2015.

## **5. CONCLUSÃO**

Conclui-se que ainda há muito que se fazer para a sensibilização às práticas de cidadania fiscal, mesmo diante dos números apresentados pelo Programa Nota Paraná.

Ressalta-se a necessidade das entidades sem fins lucrativos, de recursos para continuarem suas atividades, além de serem de grande importância para as entidades, incentivam o programa Nota Paraná.

Ações como o Projeto de Incentivo ao Nota Paraná, criado pelo Curso de Ciências Contábeis da SMG, são necessários para ampliar os resultados do Programa, não só o Estado é responsável pelo combate à sonegação fiscal, mas todo cidadão, em ações simples como solicitar Nota Fiscal no ato das suas compras, como o comerciante que vende suas mercadorias, produtos e serviços. Contribuindo para o exercício da Cidadania Fiscal, trazendo maior isonomia e justiça fiscal para todo o Estado. Sem esgotar o tema, abre a oportunidade para novas pesquisas.

## 6. REFERENCIAS

BRASIL. Lei nº 18.451 de 06 de abril de 2015. **Diário Oficial nº 9426 de 07/04/2015.**  
OLIVEIRA, Gustavo Pedro de.. **Contabilidade tributária** – 3. ed. ver. E atualizada. –  
São Paulo : Saraiva, 2009.

BUTI, Dalva Maria Bertola; BATISTA, Flávio Donizete. **Educação Fiscal: Um  
Desafio em Sala de Aula.** Disponível em:  
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1461-8.pdf>

CARDOSO, Alenilton da Silva. **A Função Social do Tributo na Perspectiva da  
Solidariedade.** Disponível em: { HYPERLINK  
<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmd/article/viewFile/5071/3866>

GRZYBOVSKI, Denise. **Educação fiscal: premissa para melhor percepção da  
questão tributária.** Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122006000500005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000500005)

MAIA, Debora Bezerra de Menezes Serpa. **Acesso à Informação e Cidadania  
Fiscal.**  
Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8f6242793017047d>

PERACCHI, Ana Carolina. **Cidadania Fiscal.** Disponível em:  
[http://nfc.sefa.pa.gov.br/attachments/article/691/Artigo%20CIDADANIA%20FISCAL.p  
df](http://nfc.sefa.pa.gov.br/attachments/article/691/Artigo%20CIDADANIA%20FISCAL.pdf)

RIBEIRO, Maria de Fátima; GESTEIRO, Natália Paludetto. **A busca da cidadania  
fiscal no desenvolvimento econômico: função social do tributo.** Revista do  
Curso de Direito, Santa Maria, v. 3, n. 3, 2008. Disponível em:  
<http://cursodirei.dominiotemporario.com/doc/GESTEIRO1.pdf> . Acesso em:  
09/04/2017.

RIBEIRO, Osni Moura; PINTO, Mauro Aparecido. **Introdução à contabilidade  
tributária** – 2. ed. – São Paulo : Saraiva, 2014.

SANTOS, Rosa F.. Nota Paraná – Uma ação de cidadania do Estado do Paraná.  
Disponível em:  
<http://www.notaparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>.  
Acesso em: 22/03/2017.

ADESÃO DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇAS CORPORATIVA  
NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO CADASTRADAS NA  
BM&FBOVESPA

LUCAS ALAN FIORESE PATTARO<sup>1</sup>  
WESLEY PAULO FERREIRA VIDAL<sup>2</sup>  
PAULO HENRIQUE REZENDE<sup>3</sup>

RESUMO

Diante de tantas exigências perante evidenciações de informações, tanto para o fisco como para os sócios, as empresas vêm buscando meios de captação de recursos para investir e se reinventar no mercado, e diante de tantos outros movimentos e acontecimentos, surgiu a Governança Corporativa, que veio para unir empresa e sócios. Em meio a isso, o objetivo geral do estudo é analisar as práticas de Governança Corporativa adotadas pelas empresas do setor de transporte aéreo, cadastradas na BM&FBovespa. Como objetivos específicos destaca-se: Discutir as diretrizes de Governança Corporativa apresentadas pelo IBGC; localizar os documentos publicados das empresas de transporte aéreo na BM&FBovespa; identificar por meio de análise de conteúdo, quais diretrizes de Governança Corporativa são seguidas; discutir, em modo comparativo, a aderência das diretrizes do IBGC nas empresas de transporte aéreo. Trata-se de uma pesquisa em 2 empresas do transporte aéreo de grande porte. A pesquisa é classificada como: Qualitativa-Quantitativa, Documental e Bibliográfica. Constatou-se que, mesmo com a Governança Corporativa exigindo mais transparências, as evidenciações pecam em certas categorias, necessitando de mais divulgação e adesão às práticas analisadas. Destaca-se que dentre a analisadas a AZUL foi quem obteve maior conformidade as recomendações do IBGC.

Palavras chave: Transporte aéreo, Governança Corporativa, Mercado de Ações.

- 
- 1- Graduando em Ciências Contábeis/SMG; Tel: (44) 98837-1778 E-mail lucasalanpattaro@hotmail.com
  - 2- Graduando em Ciências Contábeis/SMG; Tel: (44) 99878-3189 E-mail wesleypaulo296@gmail.com
  - 3- Mestre em Ciências Contábeis; Professor Adjunto; Tel: (44) 98833-1478  
E-mail: pauloh\_R\_S@hotmail.com

# 1. INTRODUÇÃO

As empresas na atual conjuntura econômica brasileira buscam soluções para diversas situações em que são sujeitas a passar, nos mais diversos perfis de mercado, desde concorrências acirradas, até altas taxas impostas por instituições financeiras, na busca de investimentos ou no aumento de impostos mediante leis impostas pelo governo.

Assim, as empresas buscam constantemente um meio para se perpetuarem no mercado. Deste modo, muitas empresas de porte grande aderem ao Seguimento de Listagem oferecido pela BM&FBovespa, como uma forma de valorização do seu patrimônio, atraindo investidores, tanto na asseguuração de direitos e garantias oferecidos por esse seguimento na proteção de seus investidores, como uma obtenção mais idônea de suas informações disponíveis para a empresa e seus gestores, diminuindo assim riscos cometidos por seus gestores e investimentos na empresa. (BM&FBOVESPA, 2017)

Esse cenário pressiona constantemente a organização a buscar formas que garantam sua sobrevivência, com eficiência tanto financeira como econômica, e atrelado a isso, buscam de várias formas melhorias na gestão, dentre elas as práticas de GC – Governança Corporativa, um conjunto de ações administrativas que visam maximizar seus números e proteger o acesso a informações das partes interessadas da entidade e na busca de um modelo de gestão eficaz. (SILVA, 2012).

Conforme Oliveira (2006), ao longo do tempo, irão perceber que tais práticas e transparências em seus controles, serão os pilares para a adequação da alta gestão e consolidação das informações empresariais, e ainda segundo o autor, diz que “só se consegue aprimorar o que é controlado”.

Com a adoção dessas práticas o foco tem que estar atrelado a melhoria continua da empresa, porque só assim, conseguirão diagnosticar e prever possíveis obstáculos como a procrastinação de funcionário em seus serviços, tempo ociosos, desperdícios, gastos desnecessários, conflito de interesses, alinhamentos de metas e objetivos, planejamentos mais eficientes. (SILVA, 2012).

E ainda, nada adianta um controle interno impecável, se a divulgação é apenas para os principais órgãos da empresa. Terá que ser amplamente divulgado o acesso a tais informações, a seus diversos investidores, mediante há isso, os

conselheiros e os diretores, poderão tomar atitudes cabíveis, com um propósito em comum, o bem da empresa. (OLIVEIRA, 2006).

Mediante esse contexto, percebe-se que as mudanças voltadas a adoção das práticas de Governança Corporativa podem contribuir para a melhoria da eficiência empresarial e como ferramenta competitiva mediante as oscilações de mercado, o que torna vantajoso pesquisas sobre o tema perante o meio empresarial, contexto que deu origem ao seguinte objetivo de pesquisa: Analisar as práticas de Governança Corporativa adotadas pelas empresas do setor de transporte aéreo cadastradas na BM&FBOVESPA, segundo as diretrizes do IBGC (2015).

Visto que Rossetti (2012), saliente que a Governança Corporativa veio para minimizar os conflitos de agência (sobreposição de interesses dos administradores sobre a propriedade do acionista, muito comum em empresas com maiores números de acionistas) mas não é o único motivo, sendo o principal foco, dentro da empresa que ocorrem tais fatos de conflitos ou também, as exigências do mercado nas práticas da gestão, que ainda segundo o autor, buscam um conjunto de fatores interno e crescente, mutável e desafiante.

É inevitável falar de GC e não mencionar a BM&FBOVESPA, pois o número de empresas que aderem as essas práticas, vem crescendo cada vez mais no Brasil, priorizando linhas mestres da Transparência, na Prestação de contas, Equidade entre os acionistas e Responsabilidade corporativa.

Como questão e pesquisa destaca-se: Quais práticas de Governança Corporativa estão sendo realizadas pelas empresas brasileiras do setor de transporte aéreo cadastradas na BM&FBovespa?

O objetivo geral da pesquisa é analisar as práticas de Governança Corporativa adotadas pelas empresas do setor de transporte aéreo, cadastradas na BM&FBovespa. Como objetivos específicos destaca-se os seguintes itens: Discutir as diretrizes de Governança corporativa apresentadas pelo IBGC; localizar os documentos publicados das empresas de transporte aéreo na BM&FBovespa; identificar por meio de análise de conteúdo, quais diretrizes de Governança Corporativa são seguidas; discutir, em modo comparativo, a aderência das diretrizes do IBGC nas empresas de transporte aéreo.

Delimitando assim, o estudo nos documentos publicados pelas duas empresas do transporte aéreo cadastradas no seguimento de listagem da

BM&FBovespa, a GOL e a AZUL, neste exercício social já consolidados (2017), abrangendo assim, análise de sua gestão nesse período.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Contexto histórico da Governança Corporativa

Devido a inúmeras crises, a Governança Corporativa começou a ter seu destaque nos meados da década de 50, mas não com esse nome. Na década de 90, a Governança Corporativa passou a ser reconhecida e a partir daí ela vem se afirmando e amadurecendo. (SILVA, 2012).

De acordo ainda com Silva (2012), pode-se destacar pontos essenciais que evidenciam a evolução da Governança Corporativa no Brasil:

<b>Anos 50 e 60</b>	- Forte presença do acionista familiar; - Conselheiros não atuantes; - Conselheiros não tem conhecimento sobre os negócios do acionista gestor.
<b>Anos 70</b>	- Surgimentos de grandes conselheiros brasileiros: Docas, Monteiro Aranha, Alpargatas; - Criada a Lei das S/A 6.404/76; - Criada a CVM – Lei 6.404/76 e Lei 6.385/76.
<b>Anos 80</b>	- Valorização dos Acionistas; - Mercado de capitais pequeno no Brasil; - Mudança do rumo da Governança Corporativa, pelo Ativista Robert Monks.
<b>A partir de 1990</b>	- Maior força para o conselho;
<b>1992/1993</b>	- Surgimento da Governança Corporativa; - Mudança no poder das grandes corporações.
<b>1995</b>	- Criado o IBCA – Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração;
<b>1997</b>	- Lei 9.457/97 preserva as responsabilidades do conselho e aumenta o poder da CVM – Comissão e Valores Mobiliários para fiscalizar.
<b>1999</b>	- Criação da OCDE; - CVM lança rodízio de Auditorias.
<b>2000</b>	- Criação dos Níveis Diferenciados de Governança pela Bovespa;
<b>2001</b>	- Criação do IGC – Índice de Governança Corporativa pela BM&FBovespa;
<b>2002</b>	- Publicação da obrigatoriedade da política de divulgação, Instrução 358/02; - OPA - Oferta Pública de Ações, publicada pela CVM; - CVM publica cartilha de recomendação da Governança Corporativa;
<b>2003</b>	- Aprovado pelo comitê do IBGC, que o IBGC é uma organização exclusivamente dedicada à promoção e ao fomento de Governança Corporativa no Brasil;
<b>2006</b>	- BM&FBovespa amplia regras para os níveis diferenciais de governança;
<b>2010</b>	- Alterações aprovadas e divulgadas nos níveis de Governança Corporativa pela BM&FBovespa;
<b>2011</b>	- Criação da ABRASCA de autorregulação e boas práticas das

Diante do exposto, de modo geral, a GC teve 4 grandes marcos, sendo o Ativismo pioneiro de Robert Monks; O relatório *CADBURY*; O relatório OCDE. E a Lei *Sarbanes-Oxley*. (ROSSETTI, ET AL., 2012).

Robert Monks, ativista pioneiro que mudou a linha da Governança Corporativa nos EUA, focalizando em duas matrizes, Equidade (*Fairness*) e *Compliance*, sendo uns dos primeiros a evidenciar a prosperidade da boa governança em sociedade. Já o Relatório *CADBURY*, centralizou assim, nas outras duas diretrizes, a Prestação de Contas (*Accountability*) e na Transparência (*Disclosure*). A OCDE abrangeu a boa governança, evidenciando assim, a visão dos gestores na adoção das práticas da governança, pois atrai investidores, diminui o custo na captação de recursos. Já a Lei *Sarbanes-Oxley* adotou medidas mais rigorosas em seus controles internos, na auditoria, gestão corporativa, prestação de contas, penalidades rigorosas na violação do rol de regras, tanto para os CEO como o Conselho administrativo. (ROSSETTI, et al, 2012);

## 2.2 Abordagem conceitual

O conceito de Governança Corporativa surgiu, para suprir o conflito de agência, decorrente da separação da propriedade e a gestão, devido aos interesses do agente ser maior a do acionista, quando eles não estavam alinhados em um propósito único, assim surgindo os conflitos. Segundo Assaf Neto (2014), Governança Corporativa são “diretrizes, parâmetros e procedimentos que devem nortear as relações entre os gestores e os acionistas”, em consonância com o próprio IBGC (2015) que define GC como, um “sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”. Existindo assim, várias definições para Governança Corporativa, mas todas com um conjunto mútuo entre seus conceitos, finalidades, práticas e princípios.

A apreensão da GC é de criar um aglomerado de mecanismo, de monitoramento e incentivos, a fim de observar o alinhamento da conduta dos executivos em consonância com os interesses dos acionistas. (SILVA, 2012).

Atualmente, existe 2 modelos de governança corporativa, que segundo Silva (2012), se distingue assim:

- ✓ Modelo – *Outsider System*: Sistema de governança Anglo-Saxão (EUA e Reino Unido), acionistas pulverizados e fora do comando das tomadas de decisões da companhia, tendo uma estrutura dispersa na sociedade, maximização dos lucros do acionista, foco empresa (*Shareholders*);
- ✓ Modelo – *Insider System*: Sistema de governança Nipo-Germanica (Europa Continental e Japão), foco mais amplo, pois não ouve exclusão e sim, inclusão. Ouve outras inclusões, tanto intento como externo. (*Stakeholders*).

A dúvida perdura em como aplicar esses modelos nas empresas, visando atender os interesses priorizados na Governança em uma perspectiva de longo prazo. Cabe salientar também, que a relação e comparação entre os dois modelos são fortemente influenciada por questões culturais, econômico e institucionais de cada país. (ROSSETTI, ET AL, 2012).

As entidades que adotam tais práticas de Governança Corporativa terão como valores as linhas mestras: a Transparência (*Disclousure*); A Prestação de Contas (*Accountability*); Equidade (*Fairness*); e Responsabilidade Corporativa e (*Complice*). (IBGC, 2015).

Transparência (*Disclousure*): Transparência nas informações, principalmente os relatórios importantes, que influencia tanto nos negócios como na busca de recursos tanto econômicos como financeiro (ROSSETTI, et al, 2012); Silva (2012), salienta também que a relação não deve ficar restrita apenas no econômico-financeiro, mas também em outros fatores, que norteiam os valores da empresa, pois se tiver uma boa comunicação tanto interna como externa, gerando um clima de confiança, não só apenas internamente, mas também com terceiros, que ajudarão na busca de recursos.

Equidade (*Fairness*): Senso de justiça, tratamento igualitários entre os sócios, respeito aos minoritários, em consonância com os majoritários. (ROSSETI et al,

2012); Silva (2012) também saliente da importância do alinhamento dos acionistas majoritários, do minoritários e dos administradores.

A Prestação de Contas (*Accountability*): Prestação responsáveis de contas, aplicadas nas melhores práticas contábeis e de auditoria. (ROSSETI, et al, 2012). Salienta Silva (2012) também que, prestar contas por aqueles que os elegeram e são responsáveis integralmente pelos atos cometidos em decorrência do seu mandato.

Responsabilidade Corporativa e (*Compliance*): Cumprimentos das normas reguladoras, sem infringir nada ilícito. (ROSSETI, et al, 2012); em consonância com Silva (2012), diz também, que devem zelar pela perenidade da empresa (a longo prazo), incorporando assim, considerações sociais, ambientais na definição dos negócios da entidade.

Tais condutas estão presentes, tanto explícitas como implícitas na Governança Corporativa. Mais que constância, tais valores estão concludentes nas boas práticas de governanças, que estabelecem fundamentos na conduta ética e que devem estar vigentes no exercício contínuo das responsabilidades de cada órgão no exercício de sua função, em consonância com a Governança Corporativa. (ROSSETI, et al, 2012);

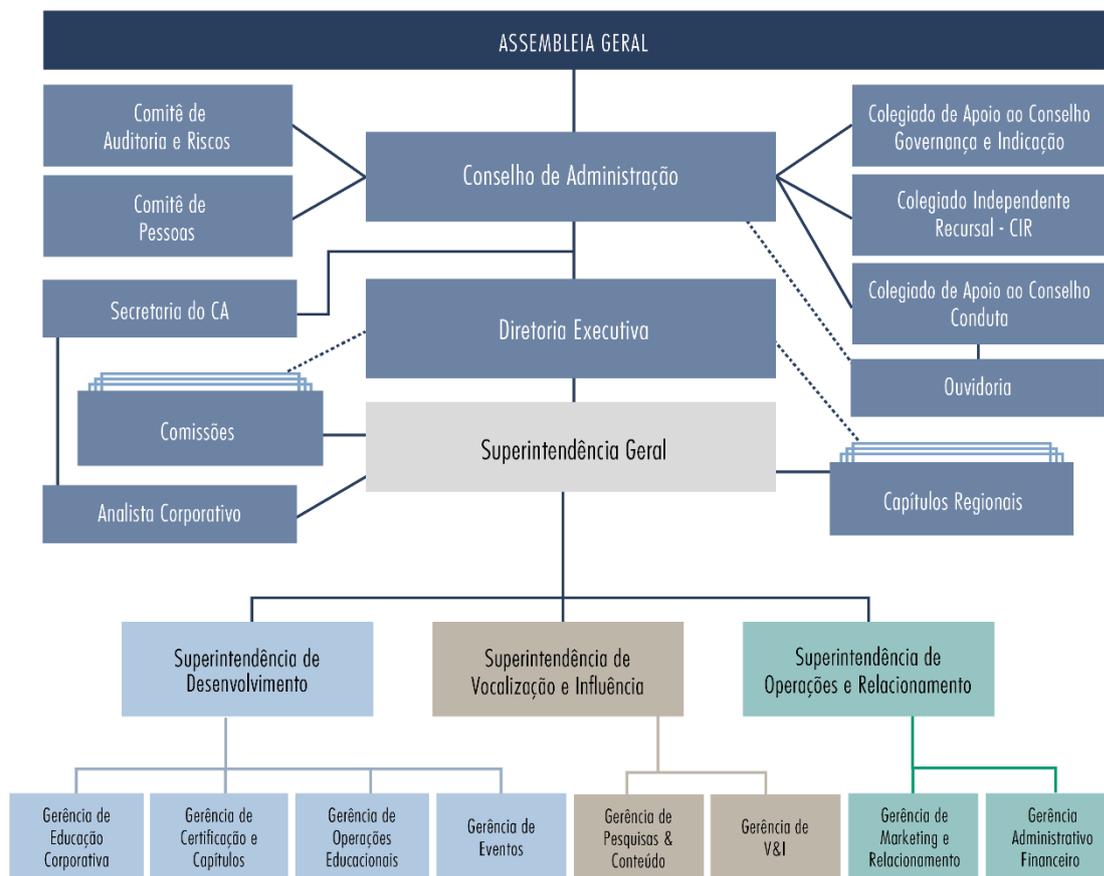
Conforme salientado anteriormente, as responsabilidades de cada órgão têm que estar atreladas com a GC, a fim de otimizar os benefícios que a governança proporciona, com isso, uma estrutura organizacional há de ser necessária, não se aplicando apenas a empresas de sociedade anônimas (S/A), mas todas aquelas empresas que querem aderir as práticas da GC como modelo de gestão. (OLIVEIRA,2006).

Naturalmente, não será afirmado um padrão que toda empresa tem que aderir, apenas terá um exposto, uma base onde as empresas irão ajustar as suas necessidades e realidades atual e o futuro desejado. (OLIVEIRA, 2006).

## 2.2.1 Estrutura Organizacional

O IBGC sugere um padrão de estrutura organizacional, que seria:

**Tabela – Estrutura Organizacional**



Fonte: IBGC 2017

## 2.2.2 Sistema de Gestão da Governança Corporativa

### 2.2.2.1 Assembleia

É o órgão superior da empresa. Sua superioridade é limitada ao não quebra das leis ou ao estatuto da empresa. É o único que tem autoridade de sobre sair, o suficiente para resolver problemas de alto impacto na empresa. (ROSSETI, et al, 2012).

A assembleia é a unida que tem poderes de alcanças todas as áreas da empresa, visando assim, em prol da companhia – sua defesa, perenidade e desenvolvimento. Sendo também, o único a autorizar a solvência, concordata ou declarar falência da empresa e suas atribuições, sendo elas network, incorporações, fusões ou cisões. (ROSSETI, et al, 2012).

Em suas funções, a assembleia tem que convocar uma vez no ano, sendo nos 4 primeiros do final de cada exercício social, a convocação da Assembleia Ordinária, para prestação de contas, relatórios financeiros, eleição do conselho de administração. (OLIVEIRA, 2006).

A assembleia geral, ela está expressa em leis e normativas, pois tem datas a serem seguidas, por isso que suas formalidades tem que serem divulgadas com todos os dados necessários da localização, com mínimo de acionistas, entre outros. (OLIVEIRA, 2006).

### **2.2.2.2 Conselho Administrativo**

O conselho administrativo, é o protetor dos interesses dos proprietários, onde todos as demais áreas da alta gestão, estão ligados a ele. Subordinada a assembleia geral, e dela receber orientações das decisões discutidas na assembleia, sendo que, a governança será devidamente exercida pelas ações tomadas do Conselho de Administração (CA). Cabendo-se ao CA a instalação do comitê de auditoria e a contratação da auditoria independente, e outros comitês, que auxiliam na busca de riscos, passando para o CA e chegando até a diretoria executiva. Já que, são práticas e regras de governança corporativa, que são aceitas a serem práticas e tendo que serem mais precisas a fim de satisfazer o que procuram. (ROSSETI, et al, 2012).

Segundo Rossetti (2012), destaca 3 atribuições e responsabilidade do CA, sendo eles:

Separação de Funções: na grande maioria dos países, adotam a separação do *Chairman* – Presidente do CA, do *CEO* – Executivo – Chefe, por serem diferente

e potencialmente conflitante, o CA tem que ser independente das outras áreas, e também, separar interesses próprios, como exemplo, remuneração e metas de curto prazo. Mas tem que levar a cultura corporativa de cada país, pois tal regra não é universal.

Grau de Envolvimento: depois da criação do conselho, tem que saber em quais papéis eles irão atuar, por ter uma ramificação variada, pode se adaptar a empresa. Sendo: Conselho Passivo; Conselho; Conselho Envolvido; Conselho Interventor; Conselho Operador.

Missão e Áreas de Atuação: a missão em muitas das empresas, se adaptam a cultura da empresa, na busca de sustentar os diferentes modelos de gestão, a fim de proteger e zelar pelo patrimônio da empresa, otimizando assim, os investimentos da empresa.

### **2.2.2.3 Diretoria Executiva**

Tudo que é discutido em pauta na assembleia geral, a Diretoria Executiva (CEO) que é a responsável pela ação de tais acordos, pela busca mútua dos afazeres e a realização das funções compartilhadas e dos propósitos discutidos. (ROSSET et al 2012).

Já Oliveira 2012, diz que o CEO é o meio campo da alta gestão e sendo sua principal função é consolidar e otimizar a aplicação do processo decisório da empresa.

Os conselhos de administração delegam os poderes a diretoria executiva, e mantendo para eles as responsabilidades de homologação das diretrizes estratégicas, na busca de melhor decisão, pois assim buscam a eficácia estratégica, excelência

### **2.2.2.4 Órgãos de apoio**

Para evitar vários tipos de conflitos ou sobreposição de funções, as empresas contam com órgãos de apoio, ou que são instituídos por força da lei e as que não são, onde as empresas optam na sua contratação. (ROSSETI, et al, 2012).

Os órgãos de apoio, são variados dependendo da cultura onde foi introduzida a governança corporativa e seus países. Segundo Rossetti (2012) e Silva (2012), destacou os seguintes órgãos:

Conselho Fiscal: eleito pela assembleia geral, regula e fiscaliza os resultados apresentados pela administração e as variações patrimoniais, vinculado diretamente a assembleia. Por não exercer funções administrativas, o conselho fiscal irá regular e fiscalizar todas as contas financeiras da empresa, tendo que delatar qualquer divergência e fazer confrontação dos dados, afim de ter melhores informações. Não instituído por lei, mas caso a assembleia geral aprove, é respaldado pela lei.

Comitê de Auditoria: Vinculado ao Conselho Administrativo, irá supervisionar a qualidade e as práticas das demonstrações contábeis. Verificar se as práticas administrativas estão em consonância com a lei e ao estatuto social. Levantar e analisar os riscos da empresa.

Auditoria Independente: Foco nas análises das demonstrações contábeis da empresa. Se está em consonância com as normas e as leis do país e seus interesses externos, e também, se demonstra a real história da empresa, e são do interesse da alta gestão da empresa e dos analistas e dos investidores. Expressa em Lei, pela Lei das S/A e se esta correlacionado as observações da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, por prazos determinados de 2 a 3 anos no máximo e está diretamente ligado ao Conselho de Administração e sua supervisão, que estão regulamentadas pelas CVM.

Auditoria Interna: visto como um serviço para a alta diretoria. Focado no *compliance*, organização da empresa. Reduzir falhas, inibir fraudes, avaliar e otimizar o processo de gestão, adequando assim, os controles internos de operações.

#### **2.2.2.5 Novo Mercado e seus níveis**

No ano de 2000, a BMF&Bovespa criou os Níveis e o Novo Mercado de Governança Corporativa, com o objetivo de promover um ambiente de negociação entre os investidores e a valorização das companhias. (SILVA, 2012). Já para

ANDRADE (2009), a criação dos níveis, veio para suprir uma demanda nos padrões de Governança Corporativa feita pelas empresas, para adequação da evolução da própria empresa, atender as exigências dos investidores e uniformizar as definições do mercado com as dos órgãos reguladores.

Segundo SILVA (2012), ANDRADE (2009) e OLIVEIRA (2006), os Níveis Diferenciados são para empresas que já operam com ações no mercado, já o Novo Mercado são empresas que querem abrir o capital, que em síntese, é feito por contrato entre as partes, a empresas e a BOVESPE, em que são adesões voluntárias há Governança Corporativa, além dos que são assegurados pela legislação.

**Nível 1:** Essas empresas que entram nesses níveis assumem compromissos como: a ITRs – Informações Adicionais Trimestrais, tendo que ser divulgados por lei, trimestralmente (a cada 3 meses), pois a maioria as informações fornecidas por essas empresas no Nível 1 acabam influenciando na avaliação do valor da empresa e algumas dessas informações a serem divulgadas são: - Demonstrações financeiras consolidadas; - Demonstração do Fluxo de Caixa e do Balanço; e outros. Tendo também a DFPs – Informações adicionais nas Demonstrações Financeiras Padronizadas, que em síntese, as empresas neste nível têm que enviar o relatório pra BOVESPA e para CVM até março de cada ano, referente ao exercício social anterior e outros comentários importantes exigidos por lei, incluindo o Fluxo de caixa da companhia consolidado. Outro ponto a ressaltar, é os FR's – Formulários de Referência, que todas empresas listadas na BOVESPA entregam a CVM e a própria Bolsa até o final de maio de cada ano, contendo informações corporativas, sendo algumas delas: - A quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelo grupo; - A quantidade de ações em circulação e a sua porcentagem em relação ao total das ações emitidas, por tipo e classe. Tendo também que realizar ao menos uma reunião pública anual com analistas e investidores; Divulgação do calendário anual com os principais eventos da empresa, como por exemplo a Assembleia geral; Divulgar os termos dos contratos firmados entre empresas e acionistas; Divulgação aos funcionários e administradores os programas de opções de aquisição de ações destinados a eles; Acesso a informações privilegiadas da empresa, assegurando transparência no negócio; Divulgação mensal dos valores imobiliários de emissão da própria empresa e deis

derivados; Pulverização das ações no mercado secundário, para melhor liquidez; Tendo pelo menos 25% das ações em circulação;

**Nível 2:** Maior fornecimento a transparência, atendendo a todos os requisitos do nível 1 e mais um pouco; Suas Demonstrações financeiras anuais nos padrões internacionais, com carência de 2 anos, assim que entrar nesse nível para adequação; O ITRs nos padrões internacionais, ou no formato do nível 1 traduzido no inglês; A companhia ter no mínimo o conselho de administração de no mínimo de 5 membros, com contrato unificado de 1 ano, permitindo a reeleição; Proporcionais direito a voto a ações preferenciais nas ocasiões e transformação, incorporação, fusão ou cisão da companhia; Adesão a Câmara de Arbitragem do Mercado, a fim de solucionar conflito de interesse.

**Novo Mercado:** Já nesse nível, além de atender ao nível 2 e o 1, foi criado a fim de fortalecer o mercado de ações nacional e atender aos anseios dos investidores por mais transparências nas informações praticadas pelos administradores e controladores. Onde empresas que irão abrir o capital, tratem da Governança Corporativa. como aliada, atrelada a maior transparência possível, fora as que é resguardada por lei. São empresas que tem que emitir apenas ações ordinárias, uma ação um voto.

### **3. METODOLOGIA**

Uma das maneiras de comprovar o conhecimento é através de pesquisas que, enquanto respostas aos nossos questionamentos. Este estudo classifica-se como pesquisa de estudo de caso, documental, de natureza descritiva, na abordagem qualitativa e quantitativa, nos documentos publicados pelas empresas AZUL e GOL, classificadas nos níveis de Governança Corporativa da BM&FBovespa.

A Pesquisa Descritiva, segundo Gil (2008, p. 28):

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Sendo assim, a análise será da forma descritiva, devido à preocupação com a prática, na utilização adequada de técnicas, bem como descrever a melhor forma para a análise dos documentos publicados pelas empresas analisadas. Além disso, a análise descritiva comparativa entre o que o IBGC prega e o que as empresas efetuam na prática podem contribuir para a formação de uma percepção do quanto essas empresas são aquiescentes, e prezam aos valores e princípios de governança e ética.

A pesquisa também se classifica com predomínio de uma abordagem qualitativa, descrita conforme Gil (2008) como a pesquisa que busca extrair informações de algum tema, objeto ou conceito, deixando a cargo do pesquisador aplicar a melhor forma da coleta dos dados. Além disso, a pesquisa possui também traços da pesquisa quantitativa, que é explicado conforme Fonseca (2002): diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados.

Quanto ao método de coleta de dados ressalta-se que as informações analisadas foram coletadas nos Relatórios Publicados das empresas de transporte aéreo presente na BM&FBOVESPA, que por sua vez são 2 empresas, representando a população desse estudo. Foram utilizados os *websites* das empresas envolvidas, bem como no site da BM&FBOVESPA referente ao ano de 2017. Com esses dados, foi utilizado o escopo de análise disposto no estudo de Oliveira et al. (2004). Tal estrutura frente à análise descritiva prática nas informações publicadas pelas empresas possibilitam a resposta ao objetivo do estudo.

#### **4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Foram analisados os Relatórios Trimestrais e demais informações divulgadas pela empresa em seus vários meios de comunicação, relativo ao ano de 2017, em 2 companhias brasileira de capital aberto, no seguimento Transporte Aéreo, listadas no Nível 2 da Governança Corporativa da BM&FBovespa: AZUL S/A e GOL S/A.

Com um propósito único de evidenciar se as empresas enquadradas nesses níveis estão seguindo o que o IBGC recomenda, de acordo com o manual de melhores práticas em sua última versão de 2015, por onde foi efetuada a coleta de dados. E por meio de planilhas foram destacados alguns requisitos, relacionado às

categorias: Propriedade da empresa, o Conselho Administrativo, a Gestão da empresa, o Relatório Anual, a Auditoria, ao Conselho Fiscal, aos Conflitos de Interesses, conforme base no estudo de Oliveira et al. (2004).

#### 4.1 PROPRIEDADE DA EMPRESA

Neste tópico, foram exploradas de acordo com o IBGC, as práticas relacionadas a Propriedade, conforme expõe a tabela 1.

**Tabela 1 – Evidenciação das Prática da Governança Corporativa relacionada a Propriedade.**

PRÁTICAS		GOL	AZUL
<b>1</b>	<b>Uma ação/Um Voto</b>	-	-
<b>2</b>	<b>Acordos societários disponíveis para todos os proprietários</b>	X	X
<b>3</b>	<b>Registro de propriedade para dos os sócios</b>	X	X
<b>4</b>	<b>Atribuições da Assembleia</b>		
4.1	Reforma estatuto social	-	X
4.2	Eleger e destituir membros do conselho fiscal e de administração	X	X
4.3	Deliberar sobre demonstrações financeiras	X	X
4.4	Tomar as contas dos administradores	X	X
4.5	Deliberar sobre transformação, suão, incorporação, cisão dissolução e liquidação	-	X
<b>5</b>	<b>Funcionamento da Assembleia</b>		
5.1	Localizada na sede	X	X
5.2	Envia aos proprietários agenda e documentação com antecedência	X	X
5.3	Perguntas prévias dos proprietários	X	X
5.4	Regras de votação definidas e disponíveis aos acionistas	-	X
5.5	Convocação da assembleia com antecedência de 30 dias	-	X
<b>6</b>	<b>Opções de vendas dos minoritários – Tag along</b>	-	X
<b>7</b>	<b>Arbitragem</b>	-	X
<b>8</b>	<b>Conselho Familiar</b>	X	-

<b>9</b>	<b>Condições de saída de sócios</b>	-	-
<b>10</b>	<b>Circulação de uma parcela mínima de ações de 50% do capital</b>	-	X
<b>11</b>	<b>Oferta pública de ações em circulação pelo valor econômico</b>	-	X
<b>12</b>	<b>Plano de sucessão (empresas familiares)</b>	X	-
<b>13</b>	<b>Direito a voto concedido a todos os acionistas</b>	-	-

Fonte: Adaptada pelos autores

Percebe-se pelos dados apresentados que nesse ano em que foram feitas as análises comparativas, a AZUL mostrou-se mais conforme às práticas comparada à GOL, o que fortalece sua marca perante o mercado e reconhece o merecimento do nível 2 conquistado. Anexado a isso, Silva (2012) salienta, que a estrutura societária corresponde a estrutura de propriedade e controle, onde quem tem controle, tem posse e quem tem posse, não tem controle - conceito de agência.

## 4.2 CONSELHO ADMINISTRATIVO

Neste tópico, foram exploradas de acordo com o IBGC, as práticas relacionadas ao Conselho Administrativo, conforme expõe a tabela 2.

**Tabela 2 – Evidenciação das práticas do Conselho Administrativo**

PRÁTICAS		GOL	AZUL
<b>1</b>	<b>Competência</b>		
1.1	Determina as estratégias dos negócios	X	X
1.2	Elege e destitui diretores	X	X
1.3	Fiscaliza e acompanha a gestão dos diretores	X	X
1.4	Escolhe e destitui auditores independentes	-	-
1.5	Atividades normatizadas em regime interno	X	X
1.6	Aprova código de conduta	X	X
1.7	Fixa a remuneração dos diretores	X	X
1.8	Planeja a sucessão do CEO	-	-
1.9	Interfere nos assuntos Operacionais	-	-
<b>2</b>	<b>Comitês de Assessoramento</b>		
2.1	Comitê de Auditoria	-	X
2.2	Comitê de nomeação e remuneração dos conselheiros	-	X
2.3	Comitê de Governança Corporativa	-	-
<b>3</b>	<b>Composição</b>		
3.1	Tamanho: 5 a 9 membro	X	X

3.2	Possui conselheiros independentes	X	X
3.3	Conselheiros internos	-	-
3.4	Conselheiros Externos	X	X
3.5	Segregação dos cargos de CEO e presidente do CA	-	-
<b>4</b>	<b>Avaliação anual</b>		
4.1	Do conselho	-	-
4.2	Do conselheiro	-	-
4.3	Da diretoria	-	-
<b>5</b>	<b>Mandato</b>		
5.1	01 ano	X	X
5.2	Reeleição	X	X

Fonte: Adaptada pelos autores

Observou-se, no Tabela 2, que ambas nestes requisitos tiveram transparência, mas ficando a empresa AZUL, melhor nível de evidenciação. Buscando assim, manterem-se atualizadas nesse requisito conforme mercado necessite e sendo um dos requisitos na tomada de decisão dos investidores na hora de investir na empresa.

### 4.3 GESTÃO DA EMPRESA

Neste tópico, foram exploradas de acordo com o IBGC, as práticas relacionadas a Gestão, conforme expõe a tabela 3.

**Tabela 3 – Evidenciação as práticas da Gestão**

PRÁTICAS	GOL	AZUL
CEO e diretoria subordinados ao conselho de administração	-	-
Gerenciamento de riscos	X	X
Relacionamento com as partes interessadas (Stakeholders)	X	x
Divulgação de calendário anual de eventos corporativos	X	X

Fonte: Adaptada pelos autores

Analisando a Tabela 3, verificou que ambas têm o mesmo nível de evidenciação nas práticas da Gestão, sendo positivo, pois evidenciaram a maior parte dos itens analisados, apresentando um alto nível de transparência nesse requisito. Apenas o primeiro item da presente categoria, que deixou a desejar,

segundo o escopo analisado, uma vez que em nenhuma das empresas foram localizadas esse tipo de pratica.

#### 4.4 AUDITORIA

Neste tópico, foram exploradas de acordo com o IBGC, as práticas relacionadas a Auditoria, conforme expõe a tabela 4.

**Tabela 4 – Evidenciação das práticas da Auditoria**

PRÁTICAS	GOL	AZUL
<b>A empresa divulga prazo de contrato</b>	-	X
<b>Não realiza trabalho de consultoria</b>	-	-
<b>Fornece ao conselho declaração de independência</b>	-	X
<b>Participa de reunião de conselho fiscal</b>	-	X
<b>Plano de trabalho e acordo de honorários estabelecidos com o conselho de administração</b>	-	X
<b>Avalia controles e procedimentos internos da empresa</b>	-	X
<b>Rodízio de empresa de auditoria</b>	-	-

*Fonte: Adaptada pelos autores*

Verificou-se na Tabela 4, que apenas a empresa AZUL, tem em suas práticas, a evidenciação da Auditoria, ficando mais uma vez a frente a empresa AZUL. A Gol, deixou a desejar no cumprimento de praticas voltadas à Auditoria, inclusive ao que se refere à divulgação de instrumentos que permitam aos investidores e demais partes interessadas terem um acompanhamento transparente.

#### 4.5 CONSELHO FISCAL

Neste tópico, foram exploradas de acordo com o IBGC, as práticas relacionadas ao Conselho Fiscal, conforme expõe a tabela 5.

**Tabela 5 -Evidenciação das práticas do Conselho Fiscal**

PRÁTICAS	GOL	AZUL
<b>Possui Conselho Fiscal</b>	X	X
<b>Membros eleitos pelos proprietários</b>	X	X
<b>Presta contas aos proprietários</b>	X	X
<b>Participa da reunião do Conselho de Administração e da diretoria quando é discutido assunto do seu interesse</b>	X	X
<b>Direito de solicitar cópia de atas das reuniões do conselho de administração, dos relatórios contábeis ou financeiros,</b>	-	X

<b>além de esclarecimentos e informações</b>		
<b>Pode solicitar esclarecimentos e informações à auditoria independente</b>	-	-

Fonte: Adaptada pelos autores

Em relação a Tabela 8, verificou que ambas estão quase equilibradas na evidenciação das praticas do Conselho Fiscal, ficando assim, a empresa AZUL, pela sua maior evidenciação do órgão de apoio. Apenas a pratica que se refere à solicitação de esclarecimentos e informações à auditoria independente é que não foi localizada em nenhuma das empresas analisadas, até porque é algo difícil de localizar perante análises documentais, como é o caso desse estudo.

#### 4.6 CONFLITO DE INTRERESSES

Neste tópico, foram exploradas de acordo com o IBGC, as práticas relacionadas ao Conflito de Interesses, conforme expõe a tabela 6.

**Tabela 6 – Evidenciação das práticas relacionadas a Conflito de interesses.**

PRÁTICAS		GOL	AZUL
<b>1</b>	<b>Código de Conduta</b>		
<b>1.1</b>	Aprovado pelo Conselho Administrativo	X	X
<b>1.2</b>	Compromete administração de funcionários	X	X
<b>1.3</b>	Abrange relacionamentos entre funcionários, fornecedores e associados	-	-
<b>2</b>	<b>Conflito de Interesses</b>		
<b>2.1</b>	Afastamento das discussões e deliberações	-	X
<b>2.2</b>	Operações com partes relacionadas	-	X

Fonte: Adaptada pelos autores

Evidencia-se na Tabela 6, que a evidenciação da prática que evita o Conflito de interesse, voltou-se mais à empresa AZUL, que divulgou a adesão de medidas contra o conflito de interesse, visto que, é uma parte importante dentre das empresas, a fim de evitar, sobreposição de poderes.

## 4.7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Levando em consideração todas as informações obtidas nas análises dos documentos de ambas empresas, verificou que a empresa AZUL, teve em sua grande maioria, a evidenciação de suas práticas de Governança Corporativa, não tendo dificuldades de acesso ou buscas de informações para análise. Em contrapartida, a empresa GOL não atendeu parte dos requisitos analisados, havendo inclusive dificuldades na obtenção de informações, tanto nos sites oficiais da empresa, como no site da BM&Bovespa.

Conforme análise conjunta e comparativa nos 6 requisitos, construiu-se uma tabela que buscou exprimir qual empresa encontra-se mais conforme com a Governança Corporativa, segundo as categorias analisadas.

<b>EMPRESAS</b>	<b>GOL</b>	<b>AZUL</b>
<b>Requisitos Analisados</b>	<b>%/Porcentagem</b>	
PROPRIEDADE DA EMPRESA	48%	76%
CONSELHO ADMINISTRATIVO	50%	65%
GESTÃO DA EMPRESA	75%	75%
AUDITORIA	0%	72%
CONSELHO FISCAL	67%	84%
CONFLITO DE INTERESSES	40%	80%

Fonte: Elaborada pelos autores

Conforme exposto acima, salienta-se que são empresas de Nível 2 do mercado da Bovespa em consonância com as normas de boas práticas da Governança Corporativa, e ainda por serem de livre adesão, boa parte das informações foram difíceis de conseguir e pouca clareza também foi um dos problemas encontrados, mas mesmo com tais dificuldade verificou que, a empresa com maior evidenciação foi a AZUL, visto que, na Propriedade da empresa, nos 21 itens analisados, houve adequação em 16 itens (76%), enquanto na empresa GOL, apenas 10 itens (48%). Já no requisito de Conselho Administrativo, dos 22 itens analisados, a AZUL se adequou em 13 itens (65%) e contrapartida, a GOL se adequou em 11 itens, ficando com (50%). No requisito Gestão da empresa, dos 4 itens analisados, ambas das empresas atingiram 3 itens, ficando com (75%) de adequação. Já na Auditoria, dos 7 itens analisados, a AZUL se adequou em 5 itens e a GOL em nenhum dos seus documentos, foi encontrado a evidenciação da Auditoria, ficando em (0%). No requisito Conselho Fiscal, dos 6 itens analisados, a

AZUL se adequou em 5 (84%) e a GOL em 4 itens, (67%) e não menos importante, os Conflitos de Interesses, foram analisados 5 itens, dos quais a AZUL se enquadrou em 4 (80%) e a GOL em 2 itens (40%).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Averiguou-se que, dentre as 2 empresas do transporte aéreo cadastradas na Bolsa de Valores que aderiram as práticas de Governança Corporativa, é possível perceber a não adequação por inteiro das práticas, conforme exigência do código de boas práticas do IBGC.

Como o objetivo geral da pesquisa é analisar as práticas de Governança Corporativa adotadas pelas empresas do setor de transporte aéreo, cadastradas na BM&FBovespa, ressalta-se como resposta a aderência maior da AZUL S/A em relação às diretrizes de Governança Corporativa apresentadas pelo IBGC. Adicionalmente, foram localizados os documentos publicados das empresas na BM&FBovespa, com o intuito identificar por meio de análise de conteúdo, quais diretrizes de Governança Corporativa estavam sendo seguidas e discutir, em modo comparativo, a aderência das diretrizes do IBGC nas empresas de transporte aéreo. Tais análises em contexto prático possibilitaram percepções importantes, como o fato da GOL obter menor nível de adequação às práticas pesquisadas, quando em comparação com a AZUL. Esse seria o maior achado em contrapartida com o objetivo do estudo.

O presente estudo mostrou-se como forma de auxílio na compreensão do Código de Melhores práticas do IBGC e sua história, bem como, a compreensão dos Níveis Diferenciados e do Novo Mercado da Bolsa de Valores.

Constatou-se neste estudo também que, tais empresas estão se adequando cada vez mais nas normas, estão evidenciando informações tanto, simples, como também informações avançadas sobre a empresa, pois com tais divulgações, mais investidores são incentivados a investir nessas empresas, gerando assim, valores tanto para a empresa, como também pra seus investidores, pois o retorno será mais rentável.

Ressalta-se por fim, que tais análises são importantes para a compreensão de como as empresas que negociam ações no mercado de valores atuam perante o ambiente externo e interno, e o quanto se preocupam em divulgar informações e cenários passíveis de análises gerenciais e financeiras. Como limitações do estudo destaca-se o fato da análise ser realizada em apenas duas empresas, e como sugestões futuras, oportunidades de novas pesquisas tais como a investigação dessa natureza em outros segmentos organizacionais e análises de cunho quantitativo no número de práticas conformes em relação à alguma variável externa.

## 6. REFERENCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços**. Um enfoque econômico – financeiro. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRAGA, G. F. **Avaliação de duas Empresas do Segmento de Transporte Aéreos: Uma análise Comparativa do Desempenho das Ações Preferenciais GOLL4 e TAMM4**. Disponível em: <<https://goo.gl/myR1at>> Acessado em: 16/08/2017.

CHING. H. Y; COLOMBO, T. M. **Boas práticas de gestão de risco corporativo: estudo de dez empresas**. Disponível em: < <https://goo.gl/UU6Nvq>> Acessado em: 09/09/2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. 4º Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IFC – *International Finance Corporation*. OECD. 2 Ed. 2006. **Estudos de Caso de Boa Governança Corporativa**. Disponível em:: <<https://goo.gl/uXPRdU>> Acessado em: 21/08/2017.

**IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/>> Acessado em: 17/08/2017.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/HVwc8b>> Acessado em: 07/10/2017.

MAIA, A. B. G. R. ET AL. **Governança corporativa e Internacionalização do Capital Social das Companhias Brasileiras do Setor de Construção e Transportes**. Disponível em: <<https://goo.gl/3yD9pE>> Acessado em: 16/08/2017.

MARTINS, S.M. ET AL. **Governança Corporativa: Teoria e Prática**. Disponível em: <<https://goo.gl/dHLJQt>> Acessado em: 17/08/2017.

OLIVEIRA, D. P. R. **Governança Corporativa na Prática**. 1º Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ROSSETI, J. P. ET AL. **Governança Corporativa – Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências**. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, E. C. **Governança Corporativa nas Empresas**. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

# ANÁLISE DE CUSTOS DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO AUTÔNOMO

Mariana Larissa Petean<sup>1</sup>

Mara Cristina Piovesan Cortezia<sup>2</sup>

## RESUMO

A pesquisa teve por premissa estudar a importância do transporte rodoviário autônomo pois entende-se que essa categoria possui papel fundamental a economia. No entanto, enfrenta diversas dificuldades em seu trabalho cotidiano, e uma destas dificuldades é saber o retorno sobre seu trabalho. Sempre o fazem de maneira empírica e quase nunca sistematizada. Sendo assim, o objetivo do estudo foi identificar os custos de um prestador de serviços autônomo no período de Safra da soja, levantando os custos de uma viagem. A pesquisa foi caracterizada como exploratória e descritiva, pois tem o intuito de identificar e classificar os custos nos transportes. Quanto ao processo da pesquisa que é a forma de coleta de dados, utilizou-se dados primários coletados junto ao objeto de estudo. Referindo-se à abordagem do problema, esta pode ser enquadrada como uma pesquisa qualitativa, pois tem o objetivo de calcular, analisar os custos do transporte rodoviários. No que se refere à natureza, essa pesquisa é do tipo aplicada. E por fim, no que se refere aos procedimentos técnicos caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados alcançados obteve o êxito de sistematizar, essa utilizando diversos conceitos contábeis, despesas e receitas em uma forma simples e inteligível para que possa ser utilizada por estes transportadores autônomos. Antes decisões que se baseavam em experiências, sensações ou cálculos aproximados, podem ser tomadas conscientemente de seus custos e possibilidade de lucro. Abrindo, assim a oportunidade de pesquisas futuras, devem-se investigar outros fatores que podem influenciar no custo.

Palavra Chave: Custos Diretos e Indiretos, Gestão de Custos, Contabilidade Gerencial, Preço dos Serviços Prestados

---

1- Graduando em Ciências Contábeis/SMG

Tel: (44) 99825-0975 – [mlpetean@hotmail.com](mailto:mlpetean@hotmail.com)

2- Mestranda em Contabilidade pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Professora Assistente na SMG

Tel: (44) 99166-2448 – [mara\\_piovesan@hotmail.com](mailto:mara_piovesan@hotmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil apesar das inúmeras possibilidades naturais apresentou historicamente poucas alternativas para o escoamento das produções. Sendo que o foco do escoamento se dá pelo sistema de transporte rodoviário e pouco é utilizado os recursos ferroviários, hidrovários, dutoviário e de alto custo, o sistema aéreo. O sistema rodoviário apesar de ser alternativa mais onerosa se comparada ao transporte hidrovário ou ferroviário, é responsável pela movimentação de 67% das cargas por todo o país. (ANTT, 2012).

Atualmente o mercado brasileiro de transporte rodoviário envolve a participação 118 mil empresas de transporte de carga (ETC), 418 mil autônomos (TAC) e 282 cooperativas, tendo mais de um milhão de caminhões rodando pelo país, gerando empregos. (ANTT, 2017).

A preferência pelo transporte rodoviário tem fundamentos logísticos, tais como a pulverização da malha viária, rapidez na entrega do produto.

Logística eficiente, o transporte rodoviário apresenta algumas vantagens, entre elas podemos destacar a capacidade e velocidade das entregas, contudo há uma grande concorrência e para a sobrevivência deste, é necessário um sistema eficiente de controle das receitas e dos custos, para aumentar a lucratividade e permitir uma correta visualização dos recursos investidos, bem como manter a satisfação do cliente. (Becker, 2010)

Estudar tal tema é emergente, pois uma boa logística de transporte busca atender as necessidades dos mercados consumidores quando à qualidade dos produtos, como os prazos de entrega no local certo, na hora, no momento certo, tendo total responsabilidade e comprometimento com seus clientes.

Pretende-se nesse estudo abordar os custos para pessoas físicas, muitas vezes denominadas como autônomos estes são responsáveis por 60% de transporte rodoviário no país. Em geral, os transportadores autônomos operam em parceria com transportadoras que, utilizam-se de seus serviços como complemento à seus serviços ou operam em regime de contratação intermitente conforme a necessidade. (Araujo, Bandeira e Campos 2014, p. 190).

Muito dos prestadores de serviços autônomos normalmente controlam o seu custos através de uma planilha eletrônica tendo o intuito de analisar se a carta frete que receberá é rentável ou não.

Este estudo justifica-se pela atual conjuntura econômica financeira do país, pois com a crise o valor dos fretes rodoviários praticados no mercado baixaram de valor e diminui a oferta de cargas. Assim, diante do exposto este artigo tem como objetivo geral o de identificar os custos de um prestador de serviços autônomo na época da Safra de soja, fazendo à rota do Mato Grosso – Paraná.

Para concluir o objetivo têm-se os seguintes objetivos Específicos:

- Revisar a literatura sobre informações do custo do transporte rodoviário.
- Identificar e analisar os custos do prestador de serviços autônomo no período de safra.

O artigo será estruturado em cinco seções, sendo a primeira seção a introdução, onde foi apresentada uma breve contextualização a respeito do tema, apresentação da problemática da pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos. Na segunda seção, foi apresentado o referencial teórico, tratando do conceito, e custos para serviços rodoviários. Na terceira seção foi apresentada a metodologia da pesquisa no que se refere ao enquadramento metodológico e procedimentos para revisão de literatura. Na quarta seção foram apresentados os resultados da pesquisa e na quinta e última seção a considerações finais.

## **2 – FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS**

O referencial teve o intuito de servir de base para a pesquisa prática abordando tópicos sobre transportes e custos que são o objeto desta pesquisa conforme definida na introdução.

### **2.1 - VANTAGENS E DESVANTAGENS DA TERCEIRIZAÇÃO DO TRANSPORTE**

Propriedade do caminhão deixa de ser de responsabilidade da empresa, passando a ser instrumentos de trabalho dos caminhoneiros, a terceirização representa uma forma de capitalização mais flexível. Assim, o investimento e manutenção, bem como os demais custos de operação, que eram responsabilidade da empresa, são repassados para o caminhoneiro autônomo (Valente et al, 2011;

Chahad e Cacciamali, 2005). Contudo, algumas desvantagens da prática de terceirização também devem ser consideradas, como: a necessidade de maior gerenciamento de tráfego, idade dos veículos, dificuldades de contratação etc. Entretanto, tais problemas podem ser reduzidos por meio de práticas como: clareza nos contratos conferência de carga e rastreamento do veículo.

Caxito (2011) apresentam algumas vantagens:

- Adequado para curtas e medias distâncias;
- Simplicidade no atendimento das demandas e agilidade no acesso as cargas;
- Menor manuseio da carga e menor exigência de embalagem;
- O desembarço na alfândega pode ser feito pela própria transportadora;
- Atua de forma complementar aos outros modais, possibilitando a intermodalidade e a multimodalidade;
- Permite as vendas do tipo entrega porta a porta, trazendo maior comodidade para exportador e importador.

Entretanto existem algumas desvantagens da prática de terceirização também devem ser consideradas, como: a necessidade de maior gerenciamento de tráfego, idade dos veículos, dificuldades de contratação etc. Ademais, tais problemas podem ser reduzidos por meio de práticas como: clareza nos contratos conferência de carga e rastreamento do veículo.

E ainda Caxito (2011) apresenta outras desvantagens são:

- Fretes mais alto em alguns casos;
- Menor capacidade de carga entre todos ou outros modais;
- Menos capacidade de carga entre todos os outros modais;
- Menos competitivo para longas distâncias;

A terceirização de frota no transporte no Brasil é alta é alcança quase 80% da frota de caminhões de transporte segundo a ABCAM – Associação Brasileira dos Caminhoneiros.

## **2.2 - MERCADOS DE FRETES RODOVIÁRIOS NO BRASIL**

Uma série de variáveis que influenciam no estabelecimento do preço do frete, a saber: distancia percorrida; especificidade da carga transportada e do veículo utilizada; prazo de entrega da carga; custos operacionais; sazonalidade da

demanda; perdas e avarias; características e aspectos geográficos das vias utilizadas; pedágios; e a possibilidade da carga de retorno para as zonas de origem. O preço do frete pode ainda se diferenciar de acordo com a rota, o material a qual esta sendo carregado.

No Brasil há uma insatisfação geral dos transportadores rodoviários quanto aos preços dos fretes recebidos, devido à falta de regularidade da evolução dos custos operacionais em relação ao preço do frete praticado, ocasionando impacto direto na margem de lucro na atividade (Caixeta Filho, 2011).

No modo rodoviário ou em qualquer modo, pode existir englobando todas as taxas pertinentes, além dos custos com a infra-estrutura do operador, comumente, é calculado pela multiplicação entre o peso da carga e a distância a ser percorrida, levando em consideração, também a densidade (relação de peso/volume), dependendo do tipo de carga a ser transportada. (Faria e Costa, 2007).

## **2.3 – CONCEITO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS PARA SERVIÇOS**

Segundo Vicente, (2012) O conceito da contabilidade de custos, estabelecendo a diferença entre os termos: recursos, gastos, custos, despesas, ativo, perda e desperdícios, para constituir a base para a valorização do custo do produto. Ademais, esta informação serve para planejar, controlar e tomar decisões pelos gestores da organização.

## **2.4 - METODOS DE CUSTEIO**

Para Moura (2005), existem basicamente dois métodos de custeio, absorção e variável. Métodos de custeio é a forma como as empresas agregam ao preço de venda seus custos de fabricação. O principal objetivo é a separação de custos variáveis e custos fixos e definir qual seu peso dentro do preço de venda do produto.

### **2.4.1 – CUSTEIO VARIÁVEL OU DIRETO**

Ballou (2006), diz que os custos fixos são os mais baixos dentre todos os transportadores, pois as empresas não são proprietárias das rodovias nas quais operam, o veículo representa uma pequena unidade econômica e as operações em terminais não exigem equipamentos dispendiosos. Seus custos variáveis, no

entanto, tendem a ser elevados porque os custos de construção e manutenção das rodovias são cobrados dos usuários na forma de impostos sobre os combustíveis, pedágios e taxas por peso-milhagem.

Martins (2008. p 198.) afirma no Custeio Variável, só são alocados aos produtos os custos variáveis, ficando os fixos separados e considerados como despesas do período, indo diretamente para o Resultado; para os estoques só vão, como consequência, custos variáveis.

Já, Silva (2014), O Custeio Variável é considerado superior gerencialmente por não utilizar rateios discriminados na distribuição dos custos fixos, com esse método o gestor pode mensurar, de maneira mais simplificada, o custo variável de seus produtos e a margem de contribuição, obter dados mais precisos sobre o retorno que cada produto oferece à empresa, e tomar decisões com base em informações mais confiáveis,

Esse método considera apenas os custos e variáveis de produção e de comercialização do produto ou serviço, sejam eles diretos ou indiretos.

#### **2.4.2 - CUSTOS NOS TRANSPORTES**

Segundo Martins (2010) Controlar significa conhecer a realidade, compará-la ao que deveria tomar conhecimento rápido das divergências e tomar medidas para correção de tais desvios.

A empresa que controla seus custos, e utiliza informações na tomada de decisões diminui as perdas e despesas, não sendo diferente no transporte rodoviário, sendo através dos custos que tanto as empresas quanto os transportadores autônomos aumentam seus lucros e se mantêm vivos no mercado.

No Transporte rodoviário os custos estão ligados diretamente ou indiretamente, com esses itens: -Carta Frete; -Diesel; -Pedágio; -Seguro da Carga; - Seguro do Caminhão; -Borracharia; -Lavagem; -Taxa de estacionamento (posto, pátio carga e descarga); -Mensalidade do Rastreador; -Pneu; -Lona; -ISS; -INSS; - Entre outras despesas.

### **3 – METODOLOGIAS DE PESQUISA**

Toda pesquisa ou trabalho a ser exercido exige a utilização de um método, conforme Oliveira (1999), a metodologia estuda os meios e métodos de investigação do pensamento.

O enquadramento metodológico subdivide-se em: objetivo da pesquisa; processo da pesquisa quanto às fontes e coleta dos dados; análise, apresentação dos dados e resultado da pesquisa. Do ponto de vista do objetivo da pesquisa esta pesquisa pode ser caracterizada como exploratória e descritiva (Andrade, 2001), pois tem o intuito de identificar e classificar os custos nos transportes.

Quanto ao processo da pesquisa que é a forma de coleta de dados, utilizou-se dados primários coletados junto ao objeto de estudo (BEUREN, 2009). Referindo-se à abordagem do problema, esta pode ser enquadrada como uma pesquisa qualitativa, pois tem o objetivo de calcular, analisar os custos do transporte rodoviários.

No que se refere à natureza, essa pesquisa é do tipo aplicada, segundo Gil (2010, p. 26) ela “abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem”, logo, as pesquisas aplicadas podem ser resumidas como conhecimentos aplicados a uma situação específica. “É fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos” (VERGARA, 2007, P. 47).

E por fim, no que se refere aos procedimentos técnicos caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica com um procedimento sistematizado, pois abordou os conceitos existentes para identificar e classificar os custos conhecidos. E ainda, é documental, pois buscou junto estudos anteriores sobre custo bem como documentos do transportador. (GIL, 2002).

#### **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

O estudo de caso foi desenvolvido em um transportador autônomo, para os cálculos de custos foi analisada uma viagem que tem em seu total 1535 km percorridos, sendo que 1250 km o caminhão percorre carregado, e os demais 285 km são destinados a translado. Translado é o deslocamento entre cidades que o caminhão percorre sem carga para carregamento, ou após descarregamento.

A viagem em estudo para mensuração dos custos demora em média 12 dias, contando com o tempo de espera para carregar, espera em filas e para descarregar. Portanto, para efeitos desse estudo foi considerado a quantidade de 2,5 viagens por mês.

Para o cálculo do custo utilizou-se o custeio variável, onde todos os custos ligados diretamente ao caminhão foram considerados como variável e calculados por Km, assim independente da viagem o custo pode ser utilizado. Já, os custos relacionado a carga (chapa, custo de pátio) e aos gastos de alimentação como custos fixos.

Os custos variáveis inclusos no estudos são: combustível, pneus, manutenção, depreciação e pedágio. O quadro 01 demonstra quando o caminhão em questão percorre por quilometro/litro.

**Quadro 01- Combustível por KM**

<b>Qtidade de km</b>	<b>Preço por litro</b>	<b>Preço por Km</b>
2,2	2,95	1,341

Fonte: Elaborado pelos Autores

A viagem avaliada foi de Maringá/PR a Campo Grande/MS e o retorno de Maracaju/MS a Rolândia/PR, a viagem inicia-se em Nova Esperança/PR onde reside o motorista, assim o seu primeiro percurso é de translado para carregamento em Maringá. De Maringá/PR a Campo Grande/MS realiza a viagem carregado, após o descarregamento percorre sem carga até Maracaju/MS carrega e transporta a carga até Rolândia/PR, de Rolândia/PR retorna a Nova esperança/PR, o Quadro 02 apresenta o consumo de combustível durante a viagem com ou sem carga.

#### **Quadro 02- Combustível por Viagem**

<b>Custo Carregado</b>		<b>Qtidade de Km por Viagem</b>	<b>Preço por Km</b>	<b>Custo Combustível por viagem</b>
Maringá	Campo Grande	600	1,341	804,55
Maracaju	Rolândia	650	1,341	871,59
<b>Custo de translado</b>		<b>Qtidade de Km por Viagem</b>	<b>Preço por Km</b>	<b>Custo Combustível por Translado</b>
Nova Esperança	Maringá	45	1,341	60,34
Campo Grande	Maracaju	120	1,341	160,91
Rolândia	Nova Esperança	120	1,341	160,91
<b>Custo de translado Combustível</b>				<b>382,16</b>

Fonte: Elaborado pelos Autores

Para o cálculo do custo dos pneus por km foram consideradas 03 (três) trocas, pois para cada pneu novo e comprado mais dois ressolados, assim foi considerado o custo médio entre essas trocas conforme quadro 03.

#### **Quadro 03 – Pneus por Km**

<b>Tipo</b>	<b>Qtidade de km</b>	<b>Preço Unitário</b>	<b>Preço por Km</b>	<b>Quantidade de Pneus</b>	<b>Preço por Km</b>
<b>Novo</b>	110.000	1.530,00	0,013909091	7	0,0974
<b>Ressolado</b>	90.000	420,00	0,004666667	15	0,0700
<b>Media</b>	<b>290.000</b>	<b>2.370,00</b>	<b>0,008172414</b>	<b>22</b>	<b>0,1798</b>

Fonte: Elaborado pelos Autores

Após o cálculo do custos dos pneus por quilometro, foi calculado o custo da viagem, apresentado no quadro 04.

#### **Quadro 04 – Pneus por Viagem**

Custo Carga		Qtidade de Km por Viagem	Preço por Km	Custo Pneus por viagem
Maringá	Campo grande	600	0,180	107,88
Maracaju	Rolândia	650	0,180	116,87
Custo de translado		Qtidade de Km por Viagem	Preço por Km	Custo Pneus por Translado
Nova Esperança	Maringá	45	0,180	8,09
Campo Grande	Maracaju	120	0,180	21,58
Rolândia	Nova Esperança	120	0,180	21,58
<b>Custo Translado Pneus</b>				<b>51,24</b>

Fonte: Elaborado pelos Autores

Foi levantado o custo com pedágio, o mesmo perfaz R\$ 142,20 com caminhão carregado e R\$ 97,80 com o caminho no translado, totalizando R\$ 240,00 por viagem.

O próximo item calculado foram as manutenções periódicas e preventivas necessárias ao bom funcionamento do bem, para tanto foram considerados os seguintes itens.

#### Quadro 05 – Manutenções Periódicas/Preventiva

Tipo	Qtidade de km	Preço Unitário	Qtidade	Unidade Medida	Custo Total	Custo Por Km
Óleo de Motor	15.000	12,00	30	litro	360,00	0,0240
Freios	80.000	110,00	4	conjunto	440,00	0,0055
Lonas de Freio	80.000	180,00	1	conjunto	180,00	0,0023
Lonas de Freio	80.000	150,00	1	conjunto	150,00	0,0019
Outras Manutenções	80.000	40,00	12	conjunto	480,00	0,006
<b>Total da Manutenção</b>						<b>0,040</b>

Fonte: Elaborado pelos Autores

Os itens de manutenção foram calculados pela duração, ou seja, qual a quilometragem até a troca, todos os itens necessários a troca, perfizeram o montante de R\$ 0,04 por quilometro. Esses custos de manutenção são custos médios podendo ocorrer imprevistos devido a condição das estradas. O quadro 06 apresenta os custos de manutenção aplicado ao estudo de caso.

#### Quadro 06 – Manutenção por Viagem

<b>Manutenção por viagem</b>		<b>Qtidade de Km por Viagem</b>	<b>Preço por Km</b>	<b>Custo Manutenção por viagem</b>
Maringá	Campo grande	600	0,040	23,78
Maracaju	Rolândia	650	0,040	25,76
<b>Custo de translado</b>		<b>Qtidade de Km por Viagem</b>	<b>Preço por Km</b>	<b>Custo Manutenção por Translado</b>
Nova Esperança	Maringá	45	0,040	1,78
Campo Grande	Maracaju	120	0,040	4,76
Rolândia	Nova Esperança	120	0,040	4,76
<b>Custo Translado Manutenção</b>				<b>11,29</b>

O caminhão é um ativo não circulante imobilizado, constituído de duas partes o cavalinho e a carroceria, por se tratar de um bem usado foi utilizado o valor justo do bem como base do cálculo da depreciação. O valor justo nada mais é o valor de venda no mercado no estado em que se encontra o bem, conforme definido no CPC 27, e as taxas de depreciação utilizadas foram avaliadas pela vida útil do bem a partir do ano de 2017.

#### **Quadro 07 – Depreciação**

	<b>Valor Justo</b>		<b>Taxa de Depreciação</b>	<b>Valor da Depreciação</b>	<b>Valor médio da Depreciação por Viagem</b>
<b>Valor total</b>	80.000,00	<b>Qtidade de anos</b>			
<b>Cavalinho</b>	72.000,00	10 anos	10%	7.200,00	240,00
<b>Carreta</b>	8.000,00	5 anos	5%	400,00	13,33

Fonte: Elaborado pelos Autores

Após calculados os custos variáveis individualmente e padronizados por quilometro percorrido, foi calculado os custos total dos custos variáveis considerando uma viagem completa, incluindo o translado. O custo da mão-de-obra por se tratar de um transportador autônomo, pressupôs como verdadeira a hipótese que toda sobra de recursos é considerado como a remuneração deste transportador de forma direta, não fazendo parte do cálculo do nem como custo variável ou fixo, mas sim como uma retirada de recursos. O quadro 08 apresenta a soma dos custos variáveis por viagem.

#### **Quadro 08 – Total dos custos variáveis**

Viagem	Maringá	Maracaju	Translado	Viagem Completa
	Campo grande	Rolândia		
<b>Combustível</b>	804,55	871,59	382,16	2.058,30
<b>Pneus</b>	107,88	116,87	51,24	275,98
<b>Pedágio</b>	142,20	-	97,80	240,00
<b>Depreciação</b>	99,02	107,27	47,04	253,33
<b>Manutenção</b>	23,78	25,76	11,29	60,82
	1.177,42	1.121,49	589,53	<b>2.888,44</b>

Fonte: Elaborado pelos Autores

Com os custos variáveis calculados foram levantados os custos fixos, os custos fixos considerados são alimentação e chapa, o gasto com alimentação perfaz o total de R\$ 370,00 e R\$ 100,00 de gastos com chapa. Chapa são trabalhadores avulso que ajudam no descarregamento do caminhão. Com os custos variáveis e fixos considerados no estudo, foi possível uma demonstração de resultado, apresentada no quadro 09, baseada no custeio variável sendo apresentado o cálculo por viagem, mensal e anual, onde também se apresentou a margem de contribuição.

<b>Quadro 09 – Demonstração de Resultado</b>	<b>Por Viagem</b>	<b>Mensal</b>	<b>Anual</b>
Receita	4.130,00	10.325,00	123.900,00
Viagem Maringá x Campo Grande	2.240,00	5.600,00	67.200,00
Viagem Maracaju X Rolândia	1.890,00	4.725,00	56.700,00
(-) Custo variável	2.888,44	7.221,09	86.653,07
Combustível	2.058,30	5.145,74	61.748,86
Pneus	275,98	689,96	8.279,47
Pedágio	240,00	600,00	7.200,00
Depreciação	253,33	633,33	7.600,00
Manutenção	60,82	152,06	1.824,73
(=) Margem de Contribuição	1.241,56	3.103,91	37.246,93
(-) Custos Fixos	470,00	1.175,00	14.100,00
Alimentação	270,00	675,00	8.100,00
Chapa	200,00	500,00	6.000,00
<b>(=) resultado bruto</b>	<b>771,56</b>	<b>1.928,91</b>	<b>23.146,93</b>

Fonte: Elaborado pelos Autores

Analisando a Demonstração de Resultado verifica-se um resultado bruto de R\$771,56 nesta viagem. Se o motorista fizer este mesmo roteiro, o resultado bruto

mensal de R\$ 1.928,91, e anual de R\$ 23.146,93, realizando 30 viagens/ano. Em entrevista ao transportador foi questionado quanto o mesmo conseguia retirar mensalmente de remuneração, o mesmo informou que em torno de R\$ 2.000,00, portanto confrontado o resultado da demonstração de resultado com a informação do transportador, pode-se averiguar que mesmo este não tendo conhecimentos sobre gestão de custo, o seu valor se aproxima do valor calculado por esta pesquisa.

## **5. CONCLUSÃO**

É evidente, a importância do transporte rodoviário autônomo, com mais de 400 mil transportadores, essa categoria possui papel fundamental para este ramo da economia, destacados na introdução e no referencial teórico. Contudo, enfrentam diversas dificuldades em seu trabalho cotidiano, e uma destas dificuldades é saber o retorno sobre seu trabalho. Sempre o fazem de maneira empírica e quase nunca sistematizada.

O objetivo do estudo foi alcançado que foi de identificar os custos de um prestador de serviços autônomo na época da Safra de soja foram levantados os custos de uma viagem de 1535 km aproximadamente gera uma receita de R\$ 4.130,00, na sequencias os custos pelo método variável que perfizeram o montante de R\$ 2888,44,levantou-se gastos com pneus, combustível, depreciação, manutenção, pedágio, alimentação, entre outros, como o transportador é uma pessoa física todo o resultado da viagem (lucro) é a sua remuneração que nesta viagem foi de R\$ 771,56. Um fato interessante a ser ressaltado é que é transportador quando questionado quando “sobrava” para ele mensalmente este afirmou em torno de R\$ 2.000,00, e os cálculos do estudo apontaram um resultado mensal de R\$ 1.928.91, o que evidencia que este transportador conhece os seus gastos mesmo não dominando a técnica contábil.

O trabalho tem o êxito de sistematizar, essa utilizando diversos conceitos contábeis, despesas e receitas em uma forma simples e inteligível para que possa ser utilizada por estes transportadores autônomos. Antes decisões que se baseavam em experiências, sensações ou cálculos aproximados, podem ser tomadas conscientemente de seus custos e possibilidade de lucro.

Em pesquisas futuras, devem-se investigar outros fatores que podem influenciar no custo, como: tributação de ICMS sobre os combustíveis; variação do valor do frete durante o ano; alterações no valor do combustível; preço de manutenção em diferentes municípios; etc. Pretende-se também sistematizar o estudo em uma planilha Excel ou aplicativo de celular para que se divulgue, como ação de extensão, este resultado da pesquisa como uma possível metodologia de levantamento de custo para os transportadores autônomos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ANDRADE**, M.M.; Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

**ARAÚJO**, M.P, Bandeira, R.A.M, Campos, V.B.G. Custos e fretes praticados no transporte rodoviário de cargas: uma análise comparativa entre autônomos e empresas. Journal of Transport Literture. Vol.8, n4, pp 187-226. Oct 2014.

**BALLOU**, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimento/logística empresarial. 5 ed. Porto Alegre: Bookmann, 2006.

**BECKER**, D.M.; Gestão de Custos no Transporte Rodoviário de Cargas. Porto Alegre 2010. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**CAXITO**, F. Logística: um enfoque prático. São Paulo: Saraiva, 2011.  
**CAIXETA FILHO**, J. V.; **MARTINS**, R. S. Gestão Logística do Transporte de Cargas. São Paulo: Atlas, 2011.

**FARIA C.A**; **Costa G.F.M.** Gestão de Custos Logísticos. São Paulo: Atlas. 2007.

**GIL**, A.C.; Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002

**MARTINS**, E. Contabilidade de Custos. 9 ed. São Paulo; Atlas 2008.

**MOURA**, Herval da Silva. O custeio por absorção e o custeio variável: qual seria o melhor método a ser adotado pela empresa? Disponível em: <[http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/32/o\\_custeio\\_por\\_absorcao\\_e\\_o\\_custeio\\_variavel.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/32/o_custeio_por_absorcao_e_o_custeio_variavel.pdf)> acesso: 30/06/17 às 9hrs e 45 min.

**SILVA**, D.S. Análise gerencial de Custos em um Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas. Pato Branco. 2014. Monografia apresentada na Universidade tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

**VALENTE**, A., Novaes, A., Passaglia, E. e Vieira, H. (2011) Gerenciamento de transporte e frotas. São Paulo: Pioneira

